



PREGÃO ELETRÔNICO
8 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026
Processo Administrativo nº 64046.001537/2026-91

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) 8 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO, CNPJ 07.546.073/0001-22, por meio do(a) SEÇÃO DE AQUISIÇÃO, LICITAÇÕES E CONTRATOS - SALC, sediado(a) SANTAREM-CUIABA, KM 10, S/N, QUARTEL DO EXERCITO, bairro CIPOAL, na cidade de SANTAREM/PA, CEP 68033010, realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão Pública: 26/06/2026

Hora Inicial :08:30

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Aquisição de materiais de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), classificados como materiais de consumo e permanentes, com o objetivo de atender às demandas do 8º Batalhão de bem como de seus Destacamentos Matapí e Vila Nova. conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

31 (trinta e um) itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123 de 2006.

3.7. Será concedido tratamento favorecido para bens e serviços produzidos com tecnologia produzida no país e bens produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma do art. 3º da Leis nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e art. 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

3.8. Não poderão disputar esta licitação:

3.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.8.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.8.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.8.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.8.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.8.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.8.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.8.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1986, concorrendo entre si;

3.8.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.8.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.10. O impedimento de que trata o item 3.8.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.8.4 e 3.8.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.13. O disposto nos itens 3.8.4 e 3.8.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.15. A vedação de que trata o item 3.9 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o , conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.8. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3, 5.6 ou 5.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.14. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
item.

6.1.1. Valor expresso em Reais (R\$).

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

7.11. No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação .

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o , auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

7.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

7.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de

2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).

7.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.20. Será assegurado o direito de preferência previsto no artigo 3º da Leis nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010, nos seguintes termos:

7.20.1. Após a aplicação das regras de preferência para microempresas e empresas de pequeno porte, caberá a aplicação das regras de preferência, sucessivamente, para:

7.20.1.1. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

7.20.1.2. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e

7.20.1.3. bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal, nos termos do art. 5º e 8º do Decreto 7.174, de 2010 e art. 3º da Leis nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

7.20.2. Os licitantes classificados que estejam enquadrados no item 7.20.1.1, na ordem de classificação, serão convocados para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame.

7.20.3. Caso a preferência não seja exercida na forma do item 7.20.1.1, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no item 7.20.1.2, na ordem de

classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o item 7.20.1.3 caso esse direito não seja exercido.

7.20.4. As licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

7.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

7.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.22.5. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.22.6. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.22.7. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.22.8. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.23.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.23.2. empresas brasileiras;

7.23.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.23.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.25.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for

desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.25.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.25.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.25.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.25.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. contiver vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

8.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexecutibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

8.10.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semiintegrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.12.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.12.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.12.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde

que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou licitacoes8bec@gmail.com.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei .

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3. suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.6.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de

reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inhabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inhabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios:

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. ANEXO I - Termo de Referência.


16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

16.11.2. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato

16.11.3. ANEXO III - Minuta de Ata de Registro de Preços

16.11.4. ANEXO IV - Atestado de capacidade técnica

16.11.5. ANEXO V - Minuta da proposta

Documento assinado digitalmente
 **JAKSON MOURA COSTA**
Data: 11/06/2026 11:54:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

.....
JAKSON MOURA COSTA – CEL

Ordenador de Despesas do 8º BEC

8 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO

Termo de Referência 23/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
23/2026	160171-8 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO	JERDDESON NOBRE BATISTA	16/03/2026 15:17 (v 0.6)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Bens de TIC	23/2026	64046.001537/2026-91

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais de **Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)**, classificados como materiais de **consumo** e **permanentes**, com o objetivo de atender às demandas do 8º Batalhão de bem como de seus Destacamentos Matapí e Vila Nova, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	CATMAT	Métrica ou Unidade de Medida	Quantidade	Quantidade Mínima de Entrega.	Valor Unitário	Valor Total
1	Memória Ram Referência: Pc3-12800 , Aplicação: Microcomputadores , Capacidade Memória: 8 GB, Padrão: Ddr3; 1600 Mhz; 240-Pinos; Cl-11.(Especificações completas no ETP)	632556	UND	30	5	R\$ 308,9100	R\$ 9.267,30
2	Memória Ram Aplicação: Microcomputadores , Capacidade Memória: 8 GB, Padrão: Ddr4-2666 Sodimm. (Especificações completas no ETP)	631341	UND	20	5	R\$ 516,6300	R\$ 10.332,60
3	Disco Magnético Memória: 1.2 TB., Velocidade Transferência: 12 GB/S, Aplicação: Servidor De Rede , Tamanho: 2.5 POL, Modelo: Sas , Capacidade Mínima Cache: 128 MB, Tempo Nominal Máximo Acesso: 3,0 MS, Velocidade Mínima Disco: 10.000 RPM,	622927	UND	6	1	R\$ 2.090,1300	R\$ 12.540,78

	Capacidade Disco: 1,2 TB., Tempo Acesso: 3,0 MS, Interface: Serial Attached Scsi (Sas) , Tipo: Rígido. (Especificações completas no ETP)						
4	Disco Magnético Memória: 480 GB, Velocidade Transferência: 6.0 GB/S, Modelo: Ssd , Tipo: Rígido. (Especificações completas no ETP)	452506	UND	30	10	R\$ 583,4700	R\$ 17.504,10
5	Disco Magnético Memória: 240 GB, Aplicação: Informática , Modelo: Ssd , Interface: Sata Iii , Tipo: Rígido.(Especificações completas no ETP)	439348	UND	40	10	R\$ 347,3333	R\$ 13.893,33
6	Chaveadora Tipo: Automático , Quantidade Saída: 4 UN, Tipo Saída: Ps2 , Quantidade Portas: 4 , Tipo Conectores: Vga E Ps2 , Características Adicionais: Fonte Externa Opcional/500 M/Amper A 1 Amper , Tensão: 5 / 9 Dc. (Especificações completas no ETP)	362594	UND	2	1	R\$ 230,3333	R\$ 460,67
7	Fonte Alimentação Compatibilidade: Padrão Atx , Tensão Alimentação: 127/220 V, Precisão: 99,95 PER, Dimensões: 8,50 X 15 X 15 CM, Modelo: Atx , Aplicação: Informática , Potência Nominal: 500. (Especificações completas no ETP)	487696	UND	48	20	R\$ 261,3333	R\$ 12.544,00
8	Cabo Rede Computador Material Revestimento: Polietileno Especial , Material Condutor: Cobre Nú , Bitola Condutor: 24 AWG, Tipo Condutor: Trançado 4 Pares , Tipo Cabo: 6 E , Cor: Azul , Padrão Cabeamento: Com Blindagem Helicoidal Em Fita Metalizada , Características Adicionais: Cabo Utp Blindado Com Marcação Sequencial Métrica , Categoria: 6e , Aplicação: Conexão De Rede , Material Isolamento Condutor: Pvc Não Propagante À Chama , Comprimento: 305. (Especificações completas no ETP)	467549	Caixa 305 m	4	1	R\$ 1.150,5433	R\$ 4602,17
9	Cabo Rede Computador Material Revestimento: Pvc - Cloreto De Polivinila Anti- Chama , Material Condutor: Cobre Rígido , Tipo	605494	Caixa 305 m	4	1	R\$ 750,6867	R\$ 3.02,75

	Conductor: Trançado , Tipo Cabo: 4 Pares , Cor: Azul , Categoria: 5e , Aplicação: Camera Cftv Cat5. (Especificações completas no ETP)						
10	Switch Quantidade Portas: 48 UN, Tipo Portas: 10/100/1000 Base T, Rj45.4, Ethernet Mini-Gbic , Velocidade Porta: 1000 Mbps, 1/10 Gbps , Alimentação: 100 A 240 V, Características Adicionais: Com Portas Poe, Alimentação Elétrica Com Chaveamen , Aplicação: Conectar Servidores E Equipamentos Em Rede , Tipo: Switch Gerenciável.(Especificações completas no ETP)	609690	UND	4	1	R\$ 5.223,5000	R\$ 20.894,00
11	Placa Switch Padrão: 10/100 /1000 , Quantidade Portas: 48 Portas , Conector: Rj-45 , Aplicação: Switch. (Especificações completas no ETP)	343312	UND	4	1	R\$ 2.093,3333	R\$ 8.373,33
12	Microcomputador Memória Ram: 32 GB, Núcleos Por Processador: Superior A 8 , Armazenamento Hdd: 2 TB., Armazenamento Ssd: Até 2 Tb , Monitor: 21 A 29 POL, Componentes Adicionais: Com Teclado E Mouse , Sistema Operacional: Proprietário , Garantia On Site: Superior A 36 MESES, Gabinete: Torre , Outros Recursos: Conforme Edital. (Especificações completas no ETP)	633035	UND	3	1	R\$ 6.506,6000	R\$ 19.519,80
13	Microcomputador Memória Ram: 16 GB, Núcleos Por Processador: 4 A 8 , Armazenamento Hdd: 1 TB., Armazenamento Ssd: 310 A 500 , Monitor: 21 A 29 POL, Componentes Adicionais: Com Teclado E Mouse , Sistema Operacional: Proprietário , Garantia On Site: 12 MESES, Gabinete: Torre.(Especificações completas no ETP)	472411	UND	8	1	R\$ 3.433,3333	R\$ 27.466,67
14	Microcomputador Memória Ram: 8 GB, Núcleos Por Processador: 4 A 8 , Armazenamento Hdd: Sem Disco Hdd GB, Armazenamento Ssd: Até 2 Tb , Monitor: Até 20 POL, Componentes Adicionais: Com Teclado E Mouse , Sistema Operacional: Proprietário , Garantia On	614333	UND	8	1	R\$ 2.516,5900	R\$ 20.132,72

	Site: 12 MESES, Gabinete: Torre , Outros Recursos: Conforme Edital. (Especificações completas no ETP)						
15	Apresentador Multimídia Distância Mínima: 15 M, Frequência: 2,4 GHZ, Compatibilidade: Windows 2000/Xp/Vista/7, Mac Os, Linux , Fonte Alimentação: 2 Pilhas Aaa.(Especificações completas no ETP)	397401	UND	6	2	R\$ 86,8567	R\$ 512,14
16	Notebook Tela: Superior A 14 POL, Interatividade Da Tela: Sem Interatividade , Memória Ram: 16 GB, Núcleos Por Processador: 4 A 8 , Armazenamento Hdd: Sem Disco Hdd GB, Armazenamento Ssd: 310 A 500 , Bateria: Definido Pelo Fabricante , Alimentação: Bivolt Automática , Sistema Operacional: Proprietário , Garantia On Site: 12 MESE. (Especificações completas no ETP)	481545	UND	6	1	R\$ 5.906,8000	R\$ 35.440,80
17	Notebook Tela: Superior A 14 POL, Interatividade Da Tela: Sem Interatividade , Memória Ram: 8 GB, Núcleos Por Processador: 4 A 8 , Armazenamento Hdd: Sem Disco Hdd GB, Armazenamento Ssd: 310 A 500 , Bateria: Definido Pelo Fabricante , Alimentação: Bivolt Automática , Sistema Operacional: Proprietário , Garantia On Site: 12 MESE. (Especificações completas no ETP)	481545	UND	8	1	R\$ 3.856,6867	R\$ 30.853,49
18	Transceptor Conversor Cabo Fibra Ótica Padrão: Ieee802.3, Ieee802.3u, Ieee802.3z , Taxa Transmissão: 10/100 /1000 Mbps , Tipo Conector: Rj-45 E Sc , Velocidade Transferência: 10/100/1000 , Taxa Recepção: 10/100/1000 Mbps , Características Adicionais: 6 Display; Led 1 Par A/B; 1 Par Htb-Gs-03 A /B Ggbt , Tipo Fibra: Multimodo , Temperatura Operação: 0 A 70 °C, Tensão Nominal: (1a) 5. (Especificações completas no ETP)	632161	UND	10	2	R\$ 247,0000	R\$ 2.470,00
19	Projektor Multimídia Distância Mínima Tela: 90 CM, Distância Máxima Tela: 10 M, Tipo Lâmpada: Uhe , Potência Lâmpada: 210 W,	626910	UND	4	1	R\$ 6.219,9967	R\$ 24.879,99

	Voltagem: Bivolt V, Frequência: 50/60 HZ, Quantidade Entradas Vídeo: 2 UN, Tipo Zoom: Óptico , Potência Autofalantes: 5 W, Quantidade Autofalantes: 1 UN, Tipo: Teto E Mesa , Capacidade Conexão: Conexão: Rj45 , Características Adicionais: Conexão Rj45, Hdmi, D- Sub15 Pin, Rca, Usb A E B, S , Luminosidade Mínima: 3.800 LM, Tipo Foco: Manual , Tipo Projeção: Frontral / Traseiro / Teto , Tipo Tecnologia: Rj45 , Resolução Mínima: 1.280 X 800 DPI, Resolução: 1.280 X 800 , Contraste Mínimo: 16.000 , Tipo Controle: Remoto, Sem Fio.(Especificações completas no ETP)						
20	Modem Roteador Modelo: Modem E Roteador Com 8 Antenas , Aplicação: Terminal Remoto , Fonte Alimentação: Externa , Tipo Interface: Wan/Lan , Protocolo Enlace: Ipv4/Ipv6 , Tensão Entrada: 12 V, Tipo Portas: 4 Portas Gigabit-Lan E 1 Porta Gigabit Wan , Frequência Sinal: Dual Band 2,4 / 5,0 Ghz.(Especificações completas no ETP)	486468	UND	10	1	R\$ 830,8333	R\$ 8.308,33
21	Estabilizador Tensão Tensão Alimentação Entrada: 115/127 /220 V, Características Adicionais: Mínimo De Conexões De Saída: 5,, Tomadas Nbr 14136 , Tipo: Nobreak Senoidal , Tensão Saída: 115 V, Fator Potência: 0,5 , Capacidade Nominal: 1500 VA, Tipo Onda: Senoidal.(Especificações completas no ETP)	614404	UND	12	1	R\$ 1.353,0567	R\$ 16236,68
22	Estabilizador Tensão Tensão Alimentação Entrada: 115/127 /220 KV, Características Adicionais: Proteção Contra Sub E Sobre Tensão , Tipo: Nobreak Senoidal , Fator Potência: 0,7 , Capacidade Nominal: 700 VA, Tipo Onda: Senoidal. (Especificações completas no ETP)	614397	UND	15	1	R\$ 793,1633	R\$ 11.897,45
23	Estabilizador Tensão Capacidade: 300 VA, Tensão Alimentação Entrada: 115 / 220 V, Características Adicionais: Com Filtro De Linha Integrado, 1 Led	340596	UND	20	1	R\$ 155,2433	R\$ 3.104,87

	Indicativo , Quantidade Tomadas Saída: 4 , Tensão Saída: 115.(Especificações completas no ETP)						
24	Mesa Digitalizadora Padrão: Usb , Tecnologia: Ips , Resolução: 3840 X 2160 PX, Compatibilidade: Windows 10 , Características Adicionais: Sensível Ao Toque.(Especificações completas no ETP)	486620	UND	1	1	R\$ 2.765,0000	R\$ 2.765,00
25	Impressora Multifuncional Tipo Impressão: Jato Tinta , Resolução Impressão: Preto 1200 X 1200, Cor 4800 X 1200 DPI, Tensão Alimentação: Bivolt V, Resolução Scanner: 1.200 X 1.200 DPI, Conectividade: Usb E Wifi , Características Adicionais: Tanque De Tinta. (Especificações completas no ETP)	473179	UND	7	1	R\$ 2.346,9300	R\$ 16.428,51
26	Scanner Tipo: Portátil , Resolução: 600 X 1.200 DPI, Velocidade Digitalização: 30 Ppm M/S, Tipo Digitalização: Duplex , Características Adicionais: Compatível Com Windows E Mac , Aplicação: Digitalização De Documentos , Tipo Escaneamento: Tiff, Jpeg , Rtf, Bmp, Pdf E Pdf Pesquisável, Png. (Especificações completas no ETP)	603709	UND	5	1	R\$ 3.442,6667	R\$ 17.534,97
27	Coletor Dados Material Gabinete: Plástico Abs Injetado , Tipo: Leitor De Código De Barras E Qr Code , Capacidade Memória: 4 MB, Tipo Comunicação: Bluetooth V2 , Tipo Visor: Sem Visor , Características Adicionais: Sem Fio, Portátil, Leitura: 1d /2d , Resolução: 400 Mhz MH. (Especificações completas no ETP)	603949	UND	5	1	R\$ 306,9933	R\$ 1.534,97
28	Conjunto Microprocessador Componentes: Processador Para Pentium Iv, Placa Mãe Formato Atx , Aplicação: Laboratório De Informática. (Especificações completas no ETP)	266990	UND	6	1	R\$ 1.176,1767	R\$ 7.057,06
29	Monitor Computador Tamanho Tela: 23 A 30 POL, Tipo De Tela: Led , Formato Tela: Widescreen , Qualidade De Imagem: Hd , Interatividade Da Tela: Sem Interatividade , Ajuste: Sem Ajustes De Regulagem , Alimentação: Bivolt ,	479404	UND	15	1	R\$ 694,0000	R\$ 10.410,00

	Garantia On Site: 12 MESE (Especificações completas no ETP)						
30	Estabilizador Tensão Capacidade: 3 KVA, Tensão Alimentação Entrada: 110 /220 V, Tensão Alimentação Saída: 115 V, Características Adicionais: Proteção Contra Surto De Tensão (Especificações completas no ETP)	273765	UND	1	1	R\$ 6.240,1367	6.240,14
31	Impressora Jato Tinta Portátil. Resolução Impressão: Preto Branco: 1200 X 1200 E Cores: 4.800 X 1.200 DPI, Velocidade Impressão Preto E Branco: 10 PPM, Velocidade Impressão Colorida: 19 PPM, Tensão Alimentação: 110/220 V, Tipo Papel: Comum, Transparência, Fotográfico, Glossy Paper , Capacidade Folha: 50 , Memória Mínima: 128 MB, Conectividade: Porta Usb 2.0 + Wifi , Tipo: Portátil Para Notebook (Especificações completas no ETP)	486421	UND	2	1	R\$ 2.124,2233	R\$ 4.248,45
Total:							R\$380.144,42

1.2 As quantidades, descrição dos itens, bem como a justificativa da necessidade da quantidade dos objetos que serão adquiridos pelo 8º Batalhão de Engenharia de Construção - 8º BEC estão detalhadas no Estudo Técnico Preliminar. Sendo que o **mesmo que deverá ser consultado para as empresas ofertarem os produtos pois as configurações completas se encontram lá.**

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.3. *Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.*

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, contados da emissão da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de suprir as demandas administrativas e operacionais do 8º Batalhão de Engenharia e Construção, mediante a aquisição de **materiais de consumo e materiais permanentes**, indispensáveis ao regular funcionamento das atividades finalísticas e de apoio da Organização Militar.

Os materiais de consumo destinam-se à reposição contínua de itens utilizados no desenvolvimento rotineiro das atividades administrativas, técnicas e operacionais, cuja utilização implica desgaste ou esgotamento em curto ou médio prazo.

Os materiais permanentes, por sua vez, visam recompor e modernizar o acervo patrimonial da Unidade, substituindo bens obsoletos, antieconômicos ou inservíveis, bem como suprimindo novas demandas decorrentes da ampliação ou reorganização das atividades internas.

O levantamento da necessidade foi realizado com base:

- I – no diagnóstico do estoque atual e do estado de conservação dos bens permanentes existentes;
- II – nas solicitações formalizadas pelas Seções;
- III – no histórico de consumo dos últimos 12 meses, no caso dos materiais de consumo;
- IV – na avaliação técnica quanto à substituição ou complementação de bens permanentes.

O quantitativo estimado foi definido com fundamento na média de consumo apurada em exercícios anteriores, acrescida de margem técnica de segurança destinada a evitar desabastecimento, bem como na identificação objetiva da necessidade de reposição ou aquisição de bens permanentes, observando-se critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

As especificações técnicas foram elaboradas com base em padrões usuais de mercado, priorizando desempenho, durabilidade, compatibilidade e economicidade, vedadas exigências restritivas que comprometam a ampla competitividade do certame.

A contratação objetiva, ainda, alcançar os seguintes resultados e benefícios:

- Garantir a continuidade das atividades administrativas e operacionais;
- Evitar paralisações por ausência de insumos;
- Modernizar e adequar o patrimônio da Organização Militar;
- Racionalizar a gestão de estoque e de bens patrimoniais;
- Assegurar maior eficiência e economicidade na aplicação dos recursos públicos.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

2.3. O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital 2025 e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2025-2027 do 8º Batalhão de Engenharia de Construção - 8º BEC, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Específicos
N1	Modernização do parque computacional
N5	Estruturação e adequação da rede de dados nos pavilhões
N8	Insumos de TI (hardware e software)
M1	Aquisição de material permanente de TI 2025-2027

M5	Reduzir cascadeamento e ampliar pontos de rede
M8	Garantir insumos para a manutenção

ALINHAMENTO AO PDTIC 2025-2027			
ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
A1	Manter SRP ativo, aderindo ao 41º CT quando possível	M1	Aquisição de material permanente de TI 2025-207
A5	Manter SRP que permita a contratação ágil	M5	Reduzir cascadeamento e ampliar pontos de rede
A8	Manter SRP para aquisição	M8	Garantir insumos para manutenção

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada nos **Estudos Técnicos Preliminares (ETP)**, documento que integra o presente Termo de Referência como seu apêndice, no qual foram analisadas as alternativas disponíveis no mercado, os critérios técnicos adotados e a viabilidade da contratação.

A solução proposta considerou o ciclo de vida dos bens, abrangendo as etapas de planejamento, aquisição, recebimento, armazenamento, utilização, manutenção (quando aplicável) e descarte ambientalmente adequado, observando-se princípios de economicidade, eficiência e sustentabilidade.

3.2. A solução consiste na aquisição de **materiais de consumo e materiais permanentes**, destinados ao atendimento das necessidades administrativas e operacionais do 8º Batalhão de Engenharia e Construção, conforme quantitativos e especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.

Os materiais de consumo compõem a solução como insumos essenciais ao funcionamento contínuo das atividades da Organização Militar, sendo caracterizados pelo uso rotineiro e necessidade de reposição periódica.

Os materiais permanentes integram a solução com a finalidade de recompor, modernizar ou ampliar o acervo patrimonial da Unidade, assegurando melhores condições de trabalho, maior durabilidade e redução de custos futuros com manutenção corretiva de bens obsoletos.

Os quantitativos foram definidos com base:

- I – no histórico de consumo anual;
- II – na avaliação técnica das Seções demandantes;
- III – na necessidade de substituição de bens inservíveis ou antieconômicos;
- IV – na projeção de demanda para o exercício de vigência contratual.

A especificação dos produtos foi elaborada com base em parâmetros usuais de mercado, garantindo compatibilidade, desempenho adequado e durabilidade, vedadas exigências restritivas que comprometam a competitividade do certame.

A solução adotada mostra-se a alternativa mais vantajosa sob o aspecto técnico e econômico, garantindo continuidade das atividades, racionalização de recursos e melhor aproveitamento do patrimônio público ao longo de seu ciclo de vida.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos de Negócio

4.1. Conforme descrito no Estudo Técnico Preliminar, a contratação visa suprir as necessidades administrativas e operacionais do 8º Batalhão de Engenharia e Construção, garantindo a continuidade das atividades institucionais por meio do fornecimento de materiais de consumo e materiais permanentes adequados às demandas identificadas.

Requisitos de Capacitação

4.2. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica, tendo em vista que o objeto se refere exclusivamente ao fornecimento de bens, cuja utilização é de conhecimento ordinário dos usuários da Administração.

Requisitos Legais

4.3. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133, de 2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis;

Requisitos de Manutenção

4.4. Não há previsão de manutenção preventiva, adaptativa ou evolutiva, considerando tratar-se de aquisição de bens.

A manutenção corretiva, quando aplicável, será coberta pela garantia contratual, nos termos deste Termo de Referência.

Requisitos Temporais

4.5. A entrega dos materiais deverá ocorrer no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos**, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento de Bens (OFB) ou Nota de Empenho, podendo ser prorrogado, excepcionalmente, por igual período, desde que devidamente justificado e aceito pela Administração.

Requisitos de Segurança e Privacidade

4.6. Quando aplicável, especialmente no caso de equipamentos que armazenem ou processem dados, a solução deverá observar as diretrizes internas de Segurança da Informação da Organização Militar e a legislação pertinente à proteção de dados.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.7. Os bens fornecidos deverão observar, sempre que possível:

- I – eficiência no consumo de energia;
- II – redução na geração de resíduos;
- III – possibilidade de reciclagem ou reaproveitamento;
- IV – conformidade com normas ambientais vigentes.

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.8. Quando se tratar de equipamentos de tecnologia da informação ou eletroeletrônicos, estes deverão ser compatíveis com a infraestrutura tecnológica existente na Organização Militar.

4.8.1. Os equipamentos deverão:

- I – ser compatíveis com a rede elétrica e lógica instalada;
- II – não exigir adaptações estruturais significativas para seu funcionamento;
- III – observar padrões tecnológicos usuais de mercado, garantindo interoperabilidade e integração com os sistemas já utilizados pela Administração;
- IV – não comprometer a segurança ou o desempenho da infraestrutura já instalada.

Requisitos de Projeto e de Implementação

4.9. Considerando que a contratação refere-se exclusivamente ao fornecimento de bens, não há desenvolvimento de projeto tecnológico específico.

4.9.1. Os equipamentos e materiais deverão ser fornecidos conforme especificações técnicas descritas neste Termo de Referência, observando padrões de qualidade, desempenho e durabilidade usuais de mercado.

Requisitos de Implantação

4.10. Os equipamentos deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

4.10.1. Quando aplicável, os bens permanentes deverão:

- I – ser entregues devidamente acondicionados, montados ou prontos para uso, conforme a natureza do item;
- II – incluir manuais de operação em língua portuguesa, quando necessário;
- III – permitir instalação simples pela equipe da Administração, não demandando serviços especializados adicionais, salvo quando expressamente previsto.

Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

4.11. O prazo de garantia contratual dos bens permanentes será de, no mínimo, **12 (doze) meses**, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento definitivo.

Requisitos de Experiência Profissional

4.12. Não serão exigidos requisitos de experiência profissional, por se tratar exclusivamente de fornecimento de bens, sem dedicação de mão de obra especializada contínua.

Requisitos de Formação da Equipe

4.13. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

Sustentabilidade

4.14. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.15 É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **70% (Setenta por cento)** do valor total do contrato, nas seguintes condições:

Garantia da contratação

4.16. Não haverá exigência de garantia da contratação prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, tendo em vista que o objeto consiste na aquisição de bens de natureza comum, com entrega imediata ou em prazo definido, sem complexidade técnica relevante e sem previsão de pagamento antecipado, circunstâncias que reduzem significativamente os riscos de inadimplemento contratual, conforme fundamentado no Estudo Técnico Preliminar.

4.17. Ademais, a exigência de garantia poderia restringir a competitividade do certame e elevar os custos da contratação, não se mostrando medida proporcional ou necessária diante da natureza do objeto e do valor estimado da contratação.

Informações relevantes para o dimensionamento e apresentação da proposta

4.18. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

4.18.1. Aquisição de materiais de tecnologia da informação e comunicação (TIC), compreendendo itens de consumo e permanentes, destinados à manutenção e ao funcionamento da infraestrutura de TIC da organização militar;

4.18.2. Fornecimento dos itens de acordo com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar, observando-se padrões de qualidade, desempenho e compatibilidade com os equipamentos já utilizados pela Administração;

4.8.3. Entrega dos materiais no endereço da contratante, em conformidade com os prazos estabelecidos no instrumento convocatório, incluindo todos os custos de transporte, embalagem, seguro e demais encargos necessários ao pleno atendimento do objeto contratado;

4.18.4. Para os itens **computadores e notebooks**, deverá ser fornecida **garantia mínima de 12 (doze) meses na modalidade on-site**, ou mediante **assistência técnica autorizada localizada na mesma cidade da contratante**, devendo a empresa contratada assegurar o atendimento técnico local durante todo o período de garantia.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.19. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.19.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal[A34] .

4.19.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.19.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3. receber o objeto fornecido pelo Contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do Contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável; e

5.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

5.2. São obrigações do CONTRATADO:

5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do contrato pela Contratante;

5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

5.2.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração; e

5.2.9. fazer a transição contratual, com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução do contrato, quando for o caso.

5.3. São obrigações do órgão gerenciador do registro de preços:

5.3.1. efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;

5.3.2. conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;

5.3.3. definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:

5.3.3.1. as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e

5.3.3.2. definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável;

5.3.4. definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:

5.3.4.1. a definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;

5.3.4.2. as regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pelo Contratado; e

5.3.4.3. as regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a verificação de Amostra do Objeto, observado o disposto no inciso III, alínea "c", item 2 deste artigo, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Condições de Entrega

6.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias em remessa única ou parcelada de acordo com a necessidade do 8º Batalhão de Engenharia de Construção, contados do recebimento da Nota de Empenho pela empresa.

6.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.3. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços: Rodovia Santarém/Cuiabá, BR 163 km, Nº 10, Serra do Piquiatuba, bairro Cipoal - cidade Santarém-PA, CEP: 68033010 (8º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO) - Destinados ao (ALMOXARIFADO).

Garantia, manutenção e assistência técnica

6.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Reunião Inicial

7.5. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução do contrato.

7.6. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 30 dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.7. A pauta desta reunião observará, pelo menos - (Para fins de prestação de serviços):

- 7.7.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;
- 7.7.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;
- 7.7.3. esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;
- 7.7.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;
- 7.7.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

Fiscalização

7.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.[A1]

Fiscalização Técnica

7.9. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.10. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.11. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

7.15. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.17. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

7.17.1. registro das ocorrências relacionadas com a execução do contrato; e

7.17.2. ateste técnico, com vistas à liquidação das Notas Fiscais/Faturas correspondentes à execução do objeto, após a verificação de sua conformidade quantitativa e qualitativamente

7.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

7.19. Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022:

7.19.1. . coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.19.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.19.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.19.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.19.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.19.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.19.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.20. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

Critérios de Aceitação

7.21. *A avaliação da qualidade dos produtos entregues, para fins de aceitação, consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir:*

7.22. *Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos (incluindo todas as peças e componentes presentes nos produtos), de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não reconicionados e em fase de comercialização normal através dos canais de venda do fabricante no Brasil (não serão aceitos produtos end-of-life).*

7.23. *Todos os componentes do(s) equipamento(s) e respectivas funcionalidades deverão ser compatíveis entre si, sem a utilização de adaptadores, frisagens, pinturas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos não previstos nas especificações técnicas ou, ainda, com emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o produto ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis.*

7.24. *Todos os componentes internos do(s) equipamento(s) deverá(ão) estar instalado(s) de forma organizada e livres de pressões ocasionados por outros componentes ou cabos, que possam causar desconexões, instabilidade, ou funcionamento inadequado.*

7.25. O número de série de cada equipamento deve ser obrigatório e único, afixado em local visível, na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém. Esse número deverá ser identificado pelo fabricante, como válido para o produto entregue e para as condições do mercado brasileiro no que se refere à garantia e assistência técnica no Brasil.

7.26. Serão recusados os produtos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado como novos pelo fornecedor dos produtos.

7.27. Os produtos, considerando a marca e modelo apresentados na licitação, não poderão estar fora de linha comercial, considerando a data de LICITAÇÃO (abertura das propostas). Os produtos devem ser fornecidos completos e prontos para a utilização, com todos os acessórios, componentes, cabos etc.

7.28. Todas as licenças, referentes aos softwares e drivers solicitados, devem estar registrados para utilização do Contratante, em modo definitivo (licenças perpétuas), legalizado, não sendo admitidas versões "shareware" ou "trial". O modelo do produto ofertado pelo licitante deverá estar em fase de produção pelo fabricante (no Brasil ou no exterior), sem previsão de encerramento de produção, até a data de entrega da proposta.

7.29. A Contratante poderá optar por avaliar a qualidade de todos os equipamentos fornecidos ou uma amostra (caso ocorra conveniência para a Administração) dos equipamentos, atentando para a inclusão nos autos do processo administrativo de todos os documentos que evidenciem a realização dos testes de aceitação em cada equipamento selecionado, para posterior rastreabilidade.

7.30. Só haverá o recebimento definitivo, após a análise da qualidade dos "bens", em face da aplicação dos critérios de aceitação, resguardando-se ao Contratante o direito de não receber o OBJETO cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência – situação em que poderão ser aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas em lei, neste Termo de Referência e no CONTRATO. Quando for o caso, a empresa será convocada a refazer todos os serviços rejeitados, sem custo adicional.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NOS PAGAMENTOS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4 Multa:

8.2.4.1 Moratória, para a infração descrita na alínea “d”, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento).

8.2.4.2 Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

8.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.4.3 Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h”, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c”, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5 Compensatória, para a infração descrita na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6 Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7 Compensatória, para a infração descrita na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9 Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

9.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária[A1], no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **15 (quinze)** dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **30 (trinta)** dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.[A2]

9.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 30 (trinta) dias úteis.[A3]

9.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

9.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

9.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.12.1. o prazo de validade;

9.12.2. a data da emissão;

9.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

9.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

9.12.5. o valor a pagar; e

9.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

9.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

9.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

9.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

9.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

9.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

9.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

9.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IGPM* - 4%, *durante o ano corrente de 2026* de correção monetária.[A4]

Forma de pagamento

9.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

9.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

9.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito[A13] [A14]

9.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.[A15]

9.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

9.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

9.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito

público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

9.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A16]

9.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.[A17]

Reajuste

9.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.

9.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI[A19] , mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade[A20] .

9.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade [*PREGÃO*] sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo [*MENOR PREÇO*] .

Forma de fornecimento

10.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Critérios de aceitabilidade de preços

10.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço por itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será[A2] :

10.3.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital constante no Termo de Referência.

Exigências de habilitação[A3]

10.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A4]

10.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A5]

10.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

10.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

10.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

- 10.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A7]
- 10.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 10.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A8]

Qualificação Econômico-Financeira[A9]

- 10.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 10.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 10.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *dos dois últimos exercícios sociais*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas[A10] :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

- 10.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação *[capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo]* de até 10%] do *[valor total estimado da contratação]*
- 10.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação[A12] ;
- 10.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 10.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

10.30. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.[A13]*

Qualificação Técnica

10.30.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

10.31. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

10.31.1.1. Quantidade compatível;

10.31.1.2. Formalidades legais e respectiva assinatura; e

10.31.1.3. Natureza do fornecimento alinhada com o objeto licitado.

10.31.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

10.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.31.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

10.32. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.33. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.34. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.35. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.36. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 380.144,42 (**Trezentos e oitenta mil, cento e quarenta e quatro inteiros e quarenta e dois centésimos**), conforme custos unitários apostos no Estudos Técnico preliminar **em anexo**].

11.4. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

11.4.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.4.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

11.4.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

11.4.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA


12.1 A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente
 JERDDESON NOBRE BATISTA
Data: 16/03/2026 15:19:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

JERDDESON NOBRE BATISTA

Responsável Pelo Termo de Referência



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
8º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(4º Batalhão Ferroviário/1955)
BATALHÃO RONDON

Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação

2025-2027



PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PDTIC

O presente Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) é um documento de governança e gestão de tecnologia da informação do 8º Batalhão de Engenharia de Construção.

COMITÊ DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Presidente do Comitê de TI

- Tc Francisco **Machado** Parente Neto

Membros do Comitê de TI

- Fiscal Adm: Maj Wylliams Danilo **Neves Bastos**
- Ch 4ª Seção: Cap Manoel **Messias** de Souza Júnior
- Cmt CCAp: 1º Ten Lucas **Lagôas** Ferreira
- Cmt CEEM: Cap **Raphael** Carlos da Silva **Coêlho**
- Ch Seção de Informática: Cap Raphael **Fernandes Silva**
- Chefe da Seção de Comunicações: 2º Ten **Nilton** Alves Gomes

Coordenador da Equipe de Elaboração do PDTIC.

- Maj Wylliams Danilo Neves Bastos

Membros da Equipe de Elaboração do PDTIC

- Cap Raphael Fernandes Silva
- 3º Sgt Jerddeson Nobre Batista
- 3º Sgt S. Medeiros
- SC Rene Bentes Pinto
- SC Jânio Almeida Pinheiro

HISTÓRICO DE ALTERAÇÕES

DATA	VERSÃO	DESCRIÇÃO DA VERSÃO	RESPONSÁVEL
01/09/25	1.0	Versão enviada pela Equipe Técnica de Elaboração de TI	Equipe de Elaboração Elaboração do PDTIC.
09/09/25	2.0	Versão após análise Comitê de TI	Comitê de TI
09/09/25	2.1	Versão após análise da Salc – Fisc Adminsitrativa - Em	Salc – Fisc Adminsitrativa – Em

APRESENTAÇÃO

O presente documento tem por finalidade apresentar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) do 8º Batalhão de Engenharia de Construção (8º BEC), referente ao biênio 2025–2027. Sua elaboração foi conduzida pela Equipe de Elaboração e validada pelo Comitê de Governança de TIC da Organização Militar.

O PDTIC é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos de tecnologia e informação, destinado a alinhar as soluções de TIC às necessidades institucionais. Seu objetivo central é apoiar a tomada de decisão do Comandante e permitir que a aplicação dos recursos públicos seja realizada de forma eficiente, transparente e em conformidade com os normativos da Administração Pública.

Conforme estabelecido na Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, as contratações de bens e serviços de TIC na Administração Pública Federal devem estar previamente previstas no PDTIC da instituição. Assim, demandas não contempladas neste documento não poderão ser executadas até sua inclusão nas revisões previstas durante a vigência do Plano.

Este PDTIC contempla a Sede do 8º BEC e suas duas frentes de trabalho atualmente em operação: o Destacamento Matapí e o Destacamento Vila Nova. O planejamento de TIC compreende desde aquisições de materiais de consumo e serviços, até a contratação de infraestrutura e soluções tecnológicas necessárias ao cumprimento da missão da Unidade e ao suporte às suas atividades administrativas.

A vigência deste documento é de dois anos (2025–2027). Está prevista revisão no segundo semestre de 2026 ou em momento anterior, caso haja necessidade estratégica ou alteração significativa das condições tecnológicas, orçamentárias ou operacionais da Organização Militar.

Assim, o PDTIC 2025–2027 constitui-se em um instrumento essencial para a governança, gestão e evolução dos recursos de TIC do 8º BEC, promovendo alinhamento às diretrizes da Estratégia de Governança Digital (EGD), da Estratégia de Transformação Digital da Administração Pública Federal (ETD 2020–2022) e do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP).

1. INTRODUÇÃO

A busca por uma Administração Pública mais eficiente, capaz de gerir adequadamente os recursos disponíveis e oferecer maior qualidade nos serviços prestados à sociedade, torna essencial o adequado planejamento na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

8º Batalhão de Engenharia de Construção – 8º BEC

Esse planejamento é o que viabiliza e potencializa a melhoria contínua da performance organizacional.

Nesse contexto, a TIC tem assumido papel imprescindível nas Organizações Públicas Brasileiras, incluindo as Organizações Militares do Exército Brasileiro. Seu foco principal é a utilização estratégica da informação como suporte às práticas administrativas e operacionais, exercendo influência transversal sobre diferentes áreas da organização. É a TIC que apoia a instituição a atender às exigências de **agilidade, efetividade, inovação e eficiência**.

Para alcançar tais resultados, é fundamental que haja alinhamento entre as estratégias e ações de TIC com os objetivos estratégicos do **8º Batalhão de Engenharia de Construção (8º BEC)**. O **Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC)** é o instrumento que possibilita esse alinhamento, funcionando como ferramenta de **diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de TIC**, definindo estratégias e estabelecendo planos de ação para sua execução.

No cenário atual de constantes mudanças, o PDTIC configura-se como ferramenta essencial de apoio à tomada de decisão do gestor, habilitando-o a agir de forma proativa diante de ameaças e oportunidades. Representa, ainda, um instrumento de governança que possibilita justificar os investimentos realizados, otimizar a aplicação de recursos, minimizar desperdícios, melhorar a qualidade do gasto público e assegurar maior eficiência na execução das atividades do Batalhão.

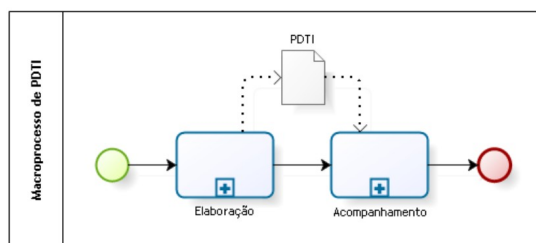
O PDTIC é um documento dinâmico, que passa por um **ciclo de vida** composto por elaboração, acompanhamento, avaliação e revisão. Cada versão incorpora lições aprendidas e informações extraídas do plano anterior, permitindo que o processo de planejamento seja continuamente aprimorado. Esse ciclo envolve não apenas os profissionais de TIC, mas também a participação ativa das diversas seções administrativas e operacionais da Organização Militar, garantindo maior integração entre as necessidades finalísticas e de apoio.

O **PDTIC 2025–2027** do 8º BEC contempla a **Sede do Batalhão** e suas duas frentes de trabalho: o **Destacamento Matapí** e o **Destacamento Vila Nova**, assegurando que as ações de TIC sejam planejadas de forma integrada e voltadas ao cumprimento da missão institucional.

Macroprocesso de PDTIC

2. TERMOS E ABREVIATÓES

- **APF** – Administração Pública Federal



- **CETI** – Concepção Estratégica de Tecnologia da Informação
- **CITEx** – Centro Integrado de Telemática do Exército
- **Cmt** – Comandante

8º Batalhão de Engenharia de Construção – 8º BEC

- **COBIT** – *Control Objectives for Information and related Technology* – Guia de boas práticas de governança de TIC, apresentado como framework para a gestão da tecnologia da informação
- **DCT** – Departamento de Ciência e Tecnologia
- **DTIC** – Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicações
- **EGD** – Estratégia de Governança Digital
- **ETD** – Estratégia de Transformação Digital da Administração Pública Federal
- **IN SGD/ME nº 94/2022** – Instrução Normativa da Secretaria de Governo Digital/Ministério da Economia, que dispõe sobre o planejamento e a contratação de soluções de TIC no âmbito da APF
- **ITIL** – *Information Technology Infrastructure Library* – Conjunto de boas práticas voltadas para infraestrutura, operação e gerenciamento de serviços de TI
- **OM** – Organização Militar
- **PETI** – Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
- **PDTIC** – Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
- **PMI** – *Project Management Institute* – Instituição internacional de padronização em gerenciamento de projetos
- **SISP** – Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação
- **SGD** – Secretaria de Governo Digital
- **TCU** – Tribunal de Contas da União
- **TI** – Tecnologia da Informação
- **TIC** – Tecnologia da Informação e Comunicação

3. METODOLOGIA APLICADA

A elaboração do **Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC)** do **8º Batalhão de Engenharia de Construção (8º BEC)** observou as orientações do **Guia de Elaboração de PDTIC do SISP – Versão 2.1 (2022)**, bem como normativos e documentos estratégicos do Exército Brasileiro.

3.1 Referências utilizadas

- **ABNT NBR ISO/IEC 38500:2009** – Governança Corporativa de Tecnologia da Informação;
- **Concepção Estratégica de Tecnologia da Informação (CETI)**;
- **Guia de Elaboração de PDTIC do SISP – versões 1.0, 2.0 e 2.1**;
- **Estratégia Geral de TIC (EGTIC) – 2014–2015**;
- **Estratégia de Governança Digital (EGD – 2020)**;
- **Estratégia de Transformação Digital da Administração Pública Federal (ETD – 2020–2022)**;
- **Plano Estratégico de Tecnologia da Informação do Exército Brasileiro (PETI-EB)**;
- **Plano de Gestão do 8º BEC (PG-8º BEC)**;
- **PDTIC 2023–2024 do 8º BEC**;
- **PDTI Triênio 2016–2018 do 4º BEC**, utilizado como referência comparativa;
- **Literatura técnica em Administração e Gestão de TI**, destacando *Peter Drucker – Introdução à Administração* (1998).

3.2 Etapas da elaboração

O processo de construção deste PDTIC seguiu as seguintes etapas:

1. **Instituição da Equipe de Elaboração e do Comitê de Governança de TIC** do 8º BEC;
2. **Levantamento das necessidades de TIC** junto às seções administrativas e técnicas da OM (Sede, Destacamento Matapí e Destacamento Vila Nova);
3. **Análise e priorização das demandas**, com base em critérios de criticidade, impacto e viabilidade orçamentária;
4. **Definição das metas, objetivos e ações estratégicas**;
5. **Validação do documento preliminar** pelo Comitê de Governança de TIC;
6. **Aprovação final pelo Comandante do 8º BEC**.

8º Batalhão de Engenharia de Construção – 8º BEC

Essa metodologia buscou assegurar que o PDTIC 2025–2027 esteja em conformidade com os **normativos federais e militares vigentes**, ao mesmo tempo em que contempla as **necessidades específicas do 8º BEC e de seus destacamentos**.

4. LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA

Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988.	Art. 37 A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.	Art. 6º As atividades da Administração Federal obedecerão aos seguintes princípios fundamentais: Planejamento, Coordenação, Descentralização, Delegação de Competência e Controle.
Guia de elaboração de PDTIC do SISP: versão 2.1 (2021)	Metodologia proposta pelo SISP, a qual dispõe sobre os padrões, orientações, diretrizes e <i>templates</i> para elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação.
Plano de Gestão 2024–2025 do 8º BEC (PG/8º BEC)	Documento que estabelece as diretrizes para a gestão administrativa e operacional do 8º BEC no período 2024–2025, em consonância com a Sistemática de Planejamento Estratégico Organizacional (PEO).
Livros 1 e 2 do CITEx	Possuem a finalidade de definir as diretrizes do Escalão Superior, bem como formalizar a cultura orientada a serviços de TI no SisTEx.

5. VALORES, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

O ponto de partida do PDTIC do **8º Batalhão de Engenharia de Construção (8º BEC)** está fundamentado nas necessidades de melhoria contínua dos processos de gestão por meio do uso de recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), especialmente nos aspectos relacionados a:

- Gestão de TIC;
- Alinhamento da TIC às necessidades institucionais;
- Modernização administrativa;
- Segurança Cibernética (*Cyber Security*);
- Conformidade (*compliance*) com os normativos vigentes e acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a matéria.

Além disso, este Plano se apoia nos **valores institucionais do Exército Brasileiro**, que orientam a conduta dos integrantes da Força e se refletem na atuação da Unidade:

8º Batalhão de Engenharia de Construção – 8º BEC

- Patriotismo;
- Civismo;
- Fé na missão;
- Amor à profissão;
- Espírito de corpo;
- Aprimoramento técnico-profissional;
- Manutenção da hierarquia e da disciplina em todas as circunstâncias;
- Comprometimento com o cumprimento da missão.

Como **princípios norteadores** deste PDTIC, foram estabelecidos:

- a) **Eficiência** – buscar o melhor desempenho possível;
- b) **Qualidade** – compromisso com a melhoria contínua;
- c) **Racionalidade** – planejamento e execução compatíveis com a realidade institucional;
- d) **Economicidade** – aplicação austera dos recursos públicos;
- e) **Colaboração** – união de conhecimentos, ações e responsabilidades;
- f) **Transparência** – publicidade e clareza na elaboração e condução das ações.

Todos os objetivos deste Plano, bem como seus processos de priorização, deverão ser tratados em conformidade com os valores, princípios e diretrizes aqui estabelecidos.

6. ESTRATÉGIAS DA ORGANIZAÇÃO

O **8º Batalhão de Engenharia de Construção (8º BEC)** é uma Organização Militar cuja atividade finalística é a execução de **obras de cooperação** em sua área de atuação. Para o cumprimento dessa missão, a Unidade depende de processos administrativos bem estruturados e da constante comunicação com órgãos da Administração Pública Federal, o que torna a área de **Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)** fundamental para a integração e execução de suas atividades.

Estrutura de TIC no 8º BEC

Seção de Informática (Seç Infor) – responsável pela infraestrutura computacional e ativos de rede, tendo como principais atividades:

- Manutenção e correção de equipamentos de informática;
- Implantação e gerenciamento de servidores e sistemas eletrônicos utilizados pelo Exército Brasileiro no âmbito da OM;
- Manutenção da infraestrutura física e lógica de rede necessária para acesso aos sistemas e execução de tarefas;

8º Batalhão de Engenharia de Construção – 8º BEC

- Estabelecimento de conexões seguras para videoconferências;
- Realização de ciclos de palestras sobre conscientização e uso seguro de TIC e Segurança da Informação.

Seção de Comunicações (Sec Com) – responsável pelos serviços de comunicação da OM, com atribuições como:

- Gerenciamento e manutenção de equipamentos de radiotransmissão;
- Suporte, modernização e ampliação da rede telefônica;
- Montagem e operação dos sistemas de som da OM.

Apesar dessa divisão, a limitação de efetivo e a ausência de processos internos bem definidos geram sobreposição de responsabilidades. Nesse contexto, a **melhoria da Governança de TIC** é um dos objetivos estratégicos do PDTIC 2025–2027, visando assegurar maior eficiência, clareza de atribuições e qualidade nos serviços de TIC.

Serviços atualmente prestados pela Seção de Informática

- Manutenção de equipamentos de informática;
- Administração e suporte a redes de dados;
- Administração de sistemas;
- Segurança da Informação;
- Apoio a videoconferências.

Diretrizes estratégicas 2025–2027

As estratégias de TIC do 8º BEC deverão priorizar:

- Modernização da infraestrutura tecnológica e de comunicações da OM;
- **Aluguel de internet via satélite de baixa altitude**, assegurando conectividade estável nos destacamentos Matapí e Vila Nova, mesmo em áreas de difícil acesso;
- **Aluguel de impressoras** como solução de outsourcing, permitindo maior eficiência, controle de custos e disponibilidade contínua para as seções administrativas;
- Ampliação da conectividade da Sede e dos Destacamentos, garantindo suporte adequado às atividades administrativas e finalísticas;
- **Melhoria da infraestrutura de segurança**, cibernética e patrimonial, através da modernização de sistemas de monitoramento de TIC e CFTV.
- Reforço da **Segurança Cibernética e da Segurança da Informação**;

8º Batalhão de Engenharia de Construção – 8º BEC

- Adoção de melhores práticas de **Governança de TIC**, em conformidade com os normativos do Exército e acórdãos do TCU;
- Implantação de processos mais claros de gestão, com definição de responsabilidades e racionalização do uso de recursos.

6.1 Prioridades Estratégicas De Tic – 8º Bec

Necessidade	Solução Proposta	Impacto Esperado
Conectividade estável nos destacamentos (Matapí e Vila Nova)	Aluguel de internet via satélite de baixa altitude (LEO)	Garantir comunicação contínua, acesso a sistemas corporativos e suporte às atividades administrativas e operacionais, mesmo em áreas remotas.
Gestão eficiente de impressão e redução de custos	Aluguel de impressoras (outsourcing)	Maior controle de gastos, disponibilidade contínua de equipamentos, redução de falhas e otimização de recursos administrativos.
Segurança patrimonial e monitoramento da infraestrutura	Implantação e expansão de sistemas de CFTV integrados à rede de TIC	Reforço da proteção das instalações, monitoramento em tempo real e apoio à segurança física da OM.
Modernização tecnológica	Renovação de equipamentos de informática e rede (computadores, switches, servidores)	Aumento da confiabilidade, desempenho e padronização do parque tecnológico.
Proteção contra ameaças digitais	Reforço da segurança cibernética e da segurança da informação	Mitigação de riscos de ataques, conformidade com normas de governança e maior confiabilidade nos dados e sistemas.

7. ORGANIZAÇÃO DA TI

Objetivo: Analisar a estrutura organizacional, a arquitetura e os recursos de TI, bem como os processos que dão suporte às atividades do 8º BEC.

7.1 Estrutura Organizacional

O 8º BEC possui duas seções responsáveis diretamente pelos serviços de TIC:

- **Seção de Informática (Seç Infor):** manutenção de equipamentos, administração de servidores e redes, suporte a sistemas e segurança da informação;
- **Seção de Comunicações (Sec Com):** telefonia, rádio e sonorização.

Níveis de atuação:

- **Estratégico:** Comandante e Estado-Maior;
- **Tático:** Chefes das Seções (Seç Infor e Sec Com);
- **Operacional:** militares de suporte direto às atividades de TIC.

7.1.2 Parque Computacional

O levantamento aponta que o 8º BEC dispõe de **computadores de diferentes gerações e estados de conservação**, distribuídos entre a Sede e os Destacamentos (Matapí e Vila Nova).

- **Sede (Santarém/PA):** concentra a maior parte dos ativos; há máquinas atualizadas, mas também equipamentos antigos com desempenho limitado, demandando padronização e renovação gradual.
- **Destacamento Matapí:** possui computadores em estado **regular a ruim**, alguns com lentidão e necessidade de formatação/manutenção

LEVANTAMENTO

8º Batalhão de Engenharia de Construção – 8º BEC

Destacamento Vila Nova: conta com notebooks e desktops em condições **ruins**, com falhas físicas (teclado, tela, bateria) e baixo desempenho

LEVANTAMENTO

A atualização e padronização do parque computacional será **objetivo estratégico** no biênio 2025–2027.

7.1.3 Impressoras

O Batalhão possui atualmente **28 impressoras** entre modelos HP e Epson. Parte delas está em situação precária, exigindo manutenção frequente

LEVANTAMENTO

Devido ao **alto volume de cópias** gerado pelas diversas seções, foi definida como diretriz a adoção do **aluguel de impressoras (outsourcing)**, garantindo:

- disponibilidade contínua,
- menor custo com manutenção,
- controle mais eficiente do consumo de insumos.

Contudo, para seções que lidam com **documentação sigilosa** (S2, SFPC, Secsau e Secjus), faz-se necessária a manutenção de **impressoras de pequeno porte próprias**, para garantir confidencialidade e segurança da informação.

7.1.4 Conectividade e Rede

- Link terrestre da Sede: **200 Mbps (PRODEPA)**;
- Uso de **GESAC** como contingência; (Obs: Inoperante)
- Necessidade de adoção de **internet via satélite de baixa altitude (LEO)** nos destacamentos Matapí e Vila Nova, garantindo comunicação estável e segura.

7.1.5 Segurança Patrimonial e da Informação

- **CFTV:** 33 câmeras instaladas (Intelbras/Hipoc), com DVRs de diferentes capacidades, sem integração total com a rede;
- Meta: **expansão e integração do CFTV com a infraestrutura de TI;**
- Reforço da **Segurança Cibernética**, ampliando controles de acesso e monitoramento.

7.2 Processos

- Atualmente, os processos de TIC ainda não são padronizados;
- O inventário de ativos ainda está em consolidação.

Diretrizes para 2025–2027:

1. Consolidar inventário detalhado de computadores e impressoras por seção;
2. Padronizar parque computacional, priorizando setores críticos e destacamentos;
3. Formalizar processos de gestão de TIC com base em **ITIL/COBIT**;
4. Ampliar a segurança patrimonial (CFTV) e cibernética;
5. Melhorar plano de internet LEO nos destacamentos, para ter uma autonomia maior .

8. RESULTADOS DO PDTIC ANTERIOR

A cada publicação vem se buscando aperfeiçoar este plano complementar (PDTIC) e detalhar novos aspectos, visando o aprimoramento incremental da Governança de TI.

Data	Versão	Descrição
PDTIC 2021 – 2023	1	Elaboração do primeiro PDTIC do 8º BEC, formalizando a Governança de TIC, realizando levantamento de necessidades, definição de metas e plano de ações para modernização do parque computacional, rede, telefonia, segurança da informação e capacitação

9. REFERENCIAL ESTRATÉGICO DE TI

O referencial estratégico da TI do 8º Batalhão de Engenharia de Construção – 8º BEC é alinhado com sua estratégia organizacional, bem como monitorado e reavaliado periodicamente, e consta das páginas de internet e intranet da OM.

9.1 Missão Síntese

Implantar, manter e gerir a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no âmbito do **8º Batalhão de Engenharia de Construção (8º BEC)**, assegurando o funcionamento contínuo e seguro dos sistemas corporativos do Exército Brasileiro, em especial os de interesse do **Sistema Estratégico de Comando e Controle do Exército (SEC²Ex)**, bem como sua integração ao **Sistema de Comando e Controle da Força Terrestre (SC²FTer)** e ao **Sistema Militar de Comando e Controle (SisMC²)**.

Além disso, garantir suporte técnico especializado, prover soluções tecnológicas adequadas às necessidades das diversas seções do Batalhão e promover a **Segurança da Informação e das Comunicações (SIC)**, de forma a apoiar diretamente a missão institucional do 8º BEC e do **Comando Militar do Norte (CMN)**.

9.2 Visão de Futuro

Até **2027**, ser reconhecido como uma **Organização Militar de referência em gestão de TIC** no âmbito do **Comando Militar do Norte**, oferecendo **alta disponibilidade, segurança e inovação tecnológica** em apoio às atividades finalísticas do 8º BEC, contribuindo para a excelência operacional e administrativa do Exército Brasileiro.

9.3 Valores

- **Disciplina:** Cumprimento rigoroso das normas e diretrizes estabelecidas pelo Exército Brasileiro.
- **Ética:** Atuar de forma íntegra e responsável em todas as ações de TIC.
- **Segurança:** Garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações.
- **Inovação:** Buscar constantemente soluções modernas e eficazes para aprimorar processos.
- **Eficiência:** Otimizar recursos humanos e tecnológicos para gerar melhores resultados.
- **Prontidão:** Estar sempre apto a atender demandas críticas e emergenciais de TIC.
- **Comprometimento:** Dedicção permanente ao apoio das missões do 8º BEC e do CMN.

9.4. Objetivos Estratégicos do 8º Batalhão de Engenharia de Construção (OETI)

Objetivos Estratégicos do 8º Batalhão de Engenharia de Construção (OETI)

Um objetivo estratégico pode ser considerado como um resultado a ser alcançado. Os objetivos de TIC devem estar concentrados em atender às demandas institucionais e alinhados às missões e negócios da OM. Foram delineados quatro **OETI – Objetivos Estratégicos de Tecnologia da Informação** que subsidiarão o planejamento estratégico de TIC do **8º BEC**, em consonância com os Objetivos Estratégicos (OE) da Organização Militar:

8º Batalhão de Engenharia de Construção – 8º BEC

- **OETI 1 – Aperfeiçoar a Governança de TIC:** Fortalecer os instrumentos de governança e gestão em tecnologia da informação, alinhando-os às diretrizes do Governo Federal, do Exército Brasileiro e às boas práticas de referência, como o **ITIL** e o **COBIT**, de forma a aumentar a eficiência, a transparência e a maturidade nos processos de TIC da OM.
- **OETI 2 – Garantir a Disponibilidade de Serviços de TIC:** Entregar, manter e monitorar soluções tecnológicas que apoiem diretamente as atividades finalísticas e administrativas do 8º BEC, assegurando a continuidade dos serviços, a qualidade no atendimento ao usuário e a economicidade no uso dos recursos, incluindo o **aluguel de impressoras** corporativas e a aquisição de **equipamentos de pequeno porte para setores que lidam com informações sigilosas**.
- **OETI 3 – Modernizar a Infraestrutura de TIC:** Aprimorar continuamente a infraestrutura da rede de dados do Batalhão, abrangendo todos os pavilhões administrativos e operacionais, bem como os destacamentos de **Matapí e Vila Nova**, com foco na ampliação da **capacidade de internet**, na **renovação e padronização do parque computacional** e na incorporação de soluções modernas que melhorem o desempenho e a confiabilidade dos serviços.
- **OETI 4 – Fortalecer a Segurança da Informação e Comunicações (SIC):** Planejar, implementar, monitorar e revisar políticas de **Segurança da Informação e Comunicações**, em conformidade com a **LGPD** e com as normas do Exército Brasileiro, garantindo a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações críticas, bem como a conscientização dos usuários para o uso seguro dos recursos tecnológicos.

9.5 Análise de SWOT

A análise SWOT é um método de avaliação do ambiente interno e externo, utilizado como base para o planejamento estratégico da área de TIC. Seu objetivo é identificar os elementos-chave que influenciam a gestão, definir prioridades de atuação e preparar opções estratégicas para o enfrentamento de riscos e resolução de problemas.

Ambiente Interno

Pontos Fortes

- Apoio da Chefia;
- Estímulo em todos os níveis na busca; identificação e desenvolvimento do capital intelectual;
- Equipe de TIC com experiência em manutenção e suporte de sistemas corporativos do Exército;
- Organização e profissionalismo.
- Implementação de diretrizes básicas de Segurança da Informação;
- Estruturação inicial de rede lógica e serviços de conectividade na sede;
- Adoção de modelo de locação de impressoras para setores administrativos.

Pontos Fracos

8º Batalhão de Engenharia de Construção – 8º BEC

- Rotatividade de efetivo técnico;
- Rede elétrica em alguns pavilhões ainda inadequada para suportar novos equipamentos;
- Ausência de soluções robustas de backup e redundância fora da rede interna;
- Necessidade de impressoras de pequeno porte para setores que trabalham com documentação sigilosa (S2, SFPC, SecJus e SecSau);

Ambiente Externo

Oportunidades

- Apoio técnico do 41º CT e do CITEx;
- Recursos provenientes de convênios e operações de engenharia;
- Avanço de políticas e diretrizes de governança de TIC no âmbito do Exército;
- Disponibilidade de soluções modernas de conectividade, como Internet Leo para destacamentos isolados.

Ameaças

- Restrição e contingenciamento orçamentário que impactam a execução das ações de TIC;
- Aumento de ciberataques e vulnerabilidades digitais;
- Constantes mudanças tecnológicas, exigindo atualização permanente;
- Rompimento de fibras ópticas por fatores ambientais (chuvas, quedas de árvores);
- Sobrecarga do efetivo técnico, que acumula atividades administrativas além das funções de TIC.

9. 6 Alinhamento com a Estratégia da Organização.

A tabela abaixo relaciona os objetivos estratégicos da TIC com alguns dos institucionais constantes do plano de gestão o 8º bec 2023-2024

ALINHAMENTO OETI-OE	OE 01- Elevar o nível Técnico e de Instrução Militar do 8º BEC	OE 02 - Assegurar efetivo apoio aos Destacamentos da om	OE 03 – Modernizar a Gestão da OM e atualização do parque computacional, além da melhoria da internet dos destacamentos
OETI 1 – Aperfeiçoar os instrumentos de governança e gestão em tecnologia da			✓

8º Batalhão de Engenharia de Construção – 8º BEC

informação à luz das práticas definidas pelo Governo Federal e às descritas pelo Modelo de referencia para gerenciamento de processos de TI Information Technology Infrastructure Library – ITIL			
OETI 2 – Entregar e manter soluções de Tecnologia da Informação Presentes na OM	✓	✓	✓
OETI -03 Aperfeiçoar a infraestrutura da rede de dados e seus ativos em todos os pavilhões e de Destacamento da OM		✓	
OETI 4 – Planejar, implementa, checar as políticas de Segurança da Informação.		✓	✓

10. CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO

O termo necessidade ressalta, qualquer ação ou investimento que a área de TI necessite para executar os seus processos, melhorar sua gestão e atender as demandas O processo de priorização foi elaborado utilizando-se da Matriz GUT – Gravidade, Primeiramente para cada uma das necessidades foi dada uma nota de 1 a 5 de

Gravidade	Impacto do problema sobre coisas, pessoas, resultados, processos ou organizações e efeitos que surgirão em longo prazo, caso o problema não seja resolvido.
Urgência	Relacionada ao tempo que esse problema deverá levar para acontecer, quanto maior a urgência menor o tempo disponível para resolver esse problema.
Tendência	Potencial de crescimento do problema, avaliação da tendência de crescimento, redução ou desaparecimento do problema.

externas. Urgência e Tendência. acordo com os itens abaixo.

8º Batalhão de Engenharia de Construção – 8º BEC

Para que a nota não seja subjetiva, cada item tem uma escala de pontuação de acordo com a descrição relacionada.

PONTOS	GRAVIDADE	URGÊNCIA	TENDÊNCIA
5	Extramente graves	Ações imediata	Vai piorar rapidamente
4	Muito grave	Com alguma urgência	Vai piorar a curto prazo
3	Grave	Com Alguma urgência	Vai piorar a médio prazo
2	Pouco grave	Pode esperar um pouco	Vai piorar a longo prazo
1	Sem gravidade	Não tem pressa	Não vai piorar ou pode melhorar.

11. NECESSIDADE IDENTIFICADAS

Neste processo, foram realizados esforços para identificar as necessidades que se solucionadas permitirão o atendimento ao objetivos da organização de forma direta ou indireta. Foram elencadas necessidades que se encontram divididas nas áreas de: serviços, contratação, infraestrutura e pessoal. Estas foram priorizadas no PDTIC através da Matriz GUT.

ID	Tipo Da Necessidade TI	Descrição de Necessidade	Priorização		
			Gravidade	Urgência	Tendência
1	Contratação	Modernização do parque computacional	4	4	3
2	Contratação	Garantir acesso estável de internet nos destacamentos	3	3	3
3	Contratação	Atualização do sistema de CFTV	3	3	2
4	Contratação	Serviço de fusão e manutenção de fibra óptica	4	4	3
5	Contratação	Estruturação e adequação da rede de dados nos pavilhões	2	3	2
6	Pessoal	Governança de TI	3	3	3
7	Pessoal	Segurança da Informação	3	3	3
8	Contratação	Insumos de TI (hardware e software)	4	4	3
9	Contratação	Contração de serviço de manutenção da central telefônica do Batalhão.	4	2	2
10	Contratação	Estruturação da rede telefônica do Batalhão e das Vilas Militares	2	2	2
11	Pessoal	Participar em cursos e eventos de TI.	3	3	3

12. Plano de metas e de ações.

As metas definem marcos mensuráveis, controláveis e quantitativos para a satisfação das necessidades inventariadas. Sua mensuração será composta por 3 partes:

As ações descritas são o conjunto de tarefas que deverão ser cumpridas para que, somadas, possam contribuir para o alcance da meta desejada.

NECESSIDADE 01					PRIORIDADE	
Modernização do parque computacional					1º	
Metas		Valor	Indicador	Prazo	Id	Ações
M1	Aquisição de material permanente de TI	100%	Idade média <5 anos	Anual	A.1.1	Manter SRP ativo (aderindo ao 41º CT quando possível)
					A.1.2	Aquisição de equipamentos

NECESSIDADE N2					PRIORIDADE	
Garantir acesso estável de internet nos destacamentos					1º	
Metas		Valor	Indicador	Prazo	Id	Ações
M2	Conectividade (link dedicado de internet para destacamentos Matapí e Vila Nova)	100%	100% – Nº de locais com acesso à internet	Anual	A.2.1	Manter SRP para contratação ágil
					A.2.2	Contratar serviço de internet LEO (é internet via satélite em órbita terrestre baixa)
					A.2.3	Ativação do serviço.

NECESSIDADE N3					PRIORIDADE	
Atualização do sistema de CFTV					1º	

8º Batalhão de Engenharia de Construção – 8º BEC

Metas		Valor	Indicador	Prazo	Id	Ações
M3	Implantar e modernizar sistema de monitoramento na sede	100%	100% – Nº de câmeras ativas / Câmeras do paiou e nova sada SFPC.	2026	A.3.1	Manter SRP que permita a contratação ágil.
					A.3.2	Aquisição de equipamentos
					A.3.3	Implantação do sistema

NECESSIDADE N4					PRIORIDADE	
Serviço de fusão e manutenção de fibra óptica					1º	
Metas		Valor	Indicador	Prazo	Id	Ações
M4	Assegurar operação estável da rede de dados	Sim/Não	100% – Nº de reparos/serviços atendidos	Atual.	A.4.1	Manter SRP que permita a contratação ágil.
					A.4.2	Contratação

NECESSIDADE N5					PRIORIDADE	
Estruturação e adequação da rede de dados nos pavilhões					1º	
Metas		Valor	Indicador	Prazo	Id	Ações
M4	Reduzir cascadeamento e ampliar pontos de rede	Sim/Não	≤ 3 níveis de cascadeamento 30% pavilhões adequados	2027	A.4.1	Solicitar projeto ao 41º CT
					A.4.2	Manter SRP que permita a contratação ágil.
					A.4.3	Execução do Serviço

NECESSIDADE N6					PRIORIDADE	
Governança de TI					2º	
Metas		Valor	Indicador	Prazo	Id	Ações

8º Batalhão de Engenharia de Construção – 8º BEC

M5	Implementar diretrizes de governança	Nível 2 de maturidade em processos	Nível 2 de maturidade em processos	Dez/2026.	A.5.1	Definir diretrizes (COBIT/ITIL)
					A.5.2	Criar procedimentos
					A.5.3	Avaliar implementação

NECESSIDADE N7					PRIORIDADE	
Segurança da Informação					2º	
Metas	Valor	Indicador	Prazo	Id	Ações	
M7	Transferir servidor de backup ampliar soluções de defesa	90% estações protegidas + solução de backup ativa	Nível de cascadeamento	Anual	A 7.1	Transferir serviço de backup para o 41 CT
					A 7.2	Atualização do parque computacional para suportar Antevírus Corporativo do EB.

NECESSIDADE N8					PRIORIDADE	
Insumos de TI (hardware e software)					2º	
Metas	Valor	Indicador	Prazo	Id	Ações	
M8	Garantir insumos para manutenção	Sim/Não	100% – Nº de insumos adquiridos / necessários	Anual	A 8.1	Manter SRP para aquisição
					A 8.2	Adquirir licenças de software

NECESSIDADE N9					PRIORIDADE	
Contração de serviço de manutenção da central telefônica do Batalhão.					1º	
Metas	Valor	Indicador	Prazo	Id	Ações	
M4	Contratação de serviço de manutenção preventiva e corretiva na central telefônica	Sim/Não	Contratada?	Atual.	A.4.1	Manter SRP que permita a contratação ágil.
					A.4.2	Contratação

8º Batalhão de Engenharia de Construção – 8º BEC

	do Batalhão.					
--	--------------	--	--	--	--	--

NECESSIDADE N10					PRIORIDADE	
Estruturação da rede telefônica do Batalhão e das Vilas Militares					1º	
Metas	Valor	Indicador	Prazo	Id	Ações	
M3	Aquisição de materiais para a estruturação da rede telefônica do Batalhão, que inclua também as áreas de Lazer e Vilas Militares	100%	Números de ramais existente/ Números de ramais necessários.	01/12/27	A.8.1	Manter SRP que permita a contratação ágil.
					A.8.2	Solicitação de crédito através do SISPIIT.
					A.8.3	Execução dos serviços.

NECESSIDADE N11					PRIORIDADE	
Participar em cursos e eventos de TI.					5º	
Metas	Valor	Indicador	Prazo	Id	Ações	
M17	Capacitar militares e servidores civis integrantes da STI em cursos relacionados a suas atribuições	100%	Número de militares e servidores civis capacitados.	01/12/26	A.08.1	Levantar necessidades de cursos de STI e observar calendário de cursos do 41º CT e 4º CTA.
					A.08.2	Adquirir e implantar a solução.

13. PLANO DE GESTÃO DE PESSOAS

A força de trabalho da área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do **8º Batalhão de Engenharia de Construção (8º BEC)** é reduzida e não conta atualmente com Oficial OTT. O efetivo disponível é composto por:

- **1 Capitão**, que acumula funções administrativas no Batalhão além da supervisão da área de TIC;
- **1 Terceiro-Sargento STT**, especialista em Redes de Computadores, responsável direto pela chefia da Seção de Informática;
- **2 Analistas Cíveis**, que dão suporte técnico às atividades de TIC;
- **3 Soldados EPS e 1 EV**, empregados em atividades de apoio técnico e operacional.

Esse quadro, embora dedicado, é **insuficiente** para atender de forma plena às demandas de TIC do Batalhão, especialmente diante da complexidade crescente de serviços como manutenção de redes, segurança da informação, conectividade de destacamentos e modernização do parque computacional.

13.1 Principais dificuldades

- Ausência de Oficial OTT, o que limita a disponibilidade de pessoal exclusivamente voltado à área de TIC;
- Acúmulo de funções do Capitão de carreira, reduzindo sua dedicação às atividades de informática;
- Dependência excessiva do 3º Sgt STT em Redes, que concentra funções de gestão e execução;
- Necessidade de especialistas em áreas específicas, como **manutenção de hardware e infraestrutura de redes**;
- Efetivo de soldados (EPS/EV) com tempo limitado de permanência, o que gera descontinuidade no suporte técnico.

13.2 Necessidades identificadas

Para suprir as lacunas e garantir a continuidade dos serviços de TIC, destaca-se como prioridade a **designação de um Sargento STT na área de Manutenção de Computadores e Infraestrutura de TI**, que possa complementar o trabalho já desenvolvido pelo Sgt de Redes.

Além disso, permanece a necessidade de:

- Fortalecer a capacitação contínua dos analistas e militares da seção em governança de TI, segurança da informação, redes e suporte técnico;

8º Batalhão de Engenharia de Construção – 8º BEC

- Promover a difusão do conhecimento entre os integrantes, reduzindo a dependência de poucos profissionais;
- Buscar apoio pontual junto ao 41º CT e CITEx para demandas especializadas.

14. PLANO DE GESTÃO DE RISCOS

A execução deste Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) do **8º BEC** está sujeita a inúmeros desafios, tanto internos quanto externos, originados no contexto da própria Organização Militar, do **41º Centro de Telemática** e da **Administração Pública Federal**.

Com o objetivo de aumentar a efetividade deste plano, é fundamental que ele seja acompanhado de um processo contínuo de **gestão de riscos**, que possibilite identificar os fatores críticos e planejar respostas adequadas para mitigá-los, evitando que interfiram na execução das atividades planejadas.

Nesse sentido, a **Seção de Informática do 8º BEC**, em alinhamento com o **41º CT e CITEx**, elaborará o **Plano de Gestão de Riscos de TIC do 8º BEC (2025–202)**, contemplando:

- Identificação dos riscos que podem afetar a execução das metas de TIC;
- Avaliação da probabilidade e do impacto de cada risco;
- Definição de medidas de mitigação e contingência;
- Estabelecimento de responsáveis pela execução das ações de resposta;
- Monitoramento contínuo e revisão periódica do plano, em consonância com as diretrizes superiores.

Esse processo será conduzido em conformidade com os **parâmetros do Escalão Superior**, de modo a manter coerência com o **Plano de Gestão de Riscos do 41º CT 2025/2026**, servindo como referência e apoio à execução das ações de TIC no âmbito do Batalhão.

15. PROCESSO DE REVISÃO DO PDTIC

A próxima revisão programada deste Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) ocorrerá após o término de **02 (dois) anos** da publicação deste documento, podendo, entretanto, ser revisado extraordinariamente a qualquer momento, caso surjam novas demandas institucionais, normativas ou tecnológicas.

A atualização deste PDTIC será de responsabilidade da **Equipe de Elaboração do PDTIC (EqEPDTIC) do 8º BEC**, designada pelo Comando do Batalhão, com apoio da **Seção de Informática (SecInfor)** e do **Comitê de TI**, observando as diretrizes emanadas pelo **41º Centro de Telemática (41º CT)** e pelo **CITEx**.

Esse processo de revisão tem como objetivos:

- Garantir a aderência do PDTIC às ordens e diretrizes do escalão superior;

8º Batalhão de Engenharia de Construção – 8º BEC

- Atualizar o plano em conformidade com novos marcos legais e regulatórios;
- Adequar as metas e iniciativas de TIC às necessidades institucionais do Batalhão;
- Subsidiar a elaboração das propostas orçamentárias de TI a serem contempladas nos planejamentos anuais e plurianuais.

Assim, o **8º BEC assegura a continuidade do ciclo de planejamento de TIC**, mantendo o alinhamento estratégico com o SisTEx e promovendo a modernização tecnológica necessária para o cumprimento de sua missão.

16. FATORES CRÍTICOS PARA IMPLANTAÇÃO DO PDTIC

Os fatores críticos se referem às condições que devem ser satisfeitas para que o PDTIC do **8º BEC** alcance a efetividade esperada e se torne um instrumento de fortalecimento da governança de TIC no âmbito da Organização Militar. A ausência de um ou mais desses requisitos, ou mesmo sua presença de forma precária, poderá impactar negativamente a execução da estratégia e, conseqüentemente, as atividades-fim do Batalhão.

Para que este PDTIC alcance os objetivos propostos, é fundamental que sejam observados os seguintes fatores críticos:

- **Participação ativa dos membros do Comitê de TI**, garantindo alinhamento entre as seções administrativas, operacionais e a Seção de Informática;
- **Disponibilidade de recursos orçamentários e humanos** em proporção adequada aos desafios apresentados neste plano;
- **Revisões periódicas do PDTIC**, de forma a contemplar alterações estratégicas, mudanças tecnológicas e necessidades emergentes do Batalhão e de seus destacamentos;
- **Alocação de pessoal técnico especializado em TI**, em especial para funções de manutenção e suporte, assegurando que a equipe responsável pela execução do plano possa atuar também na melhoria contínua dos processos de gerenciamento de serviços de TIC;
- **Comprometimento da força de trabalho** na execução das atividades propostas, valorizando a difusão de conhecimento e reduzindo a dependência de individualidades;
- **Apoio do Escalão Superior (41º CT, CITEx e 4º CTA)**, em especial para demandas de maior complexidade técnica e de capacitação.

17. CONCLUSÃO

Este Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) traça um diagnóstico da situação atual da TIC no **8º BEC**, identifica as principais necessidades e estabelece orientações estratégicas para o biênio **2025–2027**, com foco no melhor aproveitamento possível

8º Batalhão de Engenharia de Construção – 8º BEC

dos recursos de custeio e investimentos em TIC, norteando sua aplicação de forma racional e eficiente.

Considerou-se fundamental a integração entre a força de trabalho da Seção de Informática, as normas técnicas específicas para a área de TIC e as orientações emanadas dos escalões superiores, em especial o **41º CT, o CITEx e o 4º CTA**.

A implementação das ações previstas neste PDTIC demandará a realização de despesas orçamentárias destinadas à **modernização do parque computacional, à melhoria da conectividade nos destacamentos, à atualização do sistema de CFTV, à contratação de serviços de fusão de fibra óptica, à consolidação da governança de TI e ao fortalecimento da segurança da informação**.

Essas iniciativas viabilizarão a otimização dos processos de trabalho por meio de boas práticas de governança (como o **ITIL**), bem como a disponibilização de soluções de TIC com maior **celeridade, confiabilidade, disponibilidade e segurança**, contribuindo para a modernização administrativa e o cumprimento da missão institucional do **Batalhão Rondon**.

Belém - PA, 16 de setembro de 2025

FRANCISCO
MACHADO
PARENTE
NETO:82189005353

Assinado de forma digital por
FRANCISCO MACHADO
PARENTE NETO:82189005353
Dados: 2025.09.18 18:54:12
-04'00'®

FRANCISCO MACHADO PARENTE NETO - Ten.-Cel.
Comandante do 8º Batalhão de Engenharia de Construção
8º BEC

Anexo I ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC 2025 -2027

18. PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DE TI – 2025-2026

O escalão superior deste Centro (CITEx), baseada na Lei Orçamentária Anual (LOA), adota o chamado **Contrato de Objetivos** com as suas Organizações Militares, buscando planejar com oportunidade a execução orçamentária para o exercício seguinte. Entretanto, a execução dos projetos e serviços de TIC deste Batalhão conta também com recursos de outros patrocinadores, como o **Programa Calha Norte**, **Programa Amazônia Protegida**, **EBSaúde**, **Projeto SIGELOG**, dentre outros, os quais fortalecem a capacidade orçamentária pré-aprovada e contribuem para a execução das demandas do 8º BEC.

A tabela abaixo detalha os valores previstos para o exercício de 2025, considerando materiais de consumo, materiais permanentes e serviços de TIC:

Categoria	Descrição	Fonte de Recurso	Justificativa	Valor (R\$)
Material de Consumo (ND 33.90.30)	Toners, cartuchos, cabos de rede, periféricos (mouses, teclados, HDs externos), baterias, peças de reposição	DGO / 41º CT	Suprimento contínuo de insumos e reposição de materiais de uso diário nas seções administrativas e destacamentos	R\$ 242.345,66
Material Permanente (ND 44.90.52)	Desktops, notebooks, switches, nobreaks, impressoras de pequeno porte, projetores multimídia	CITEx / DCT / 41º CT	Renovação e modernização do parque computacional e da infraestrutura de rede	R\$ 200.000,00
Serviço de Aluguel de Impressoras (ND 33.90.39)	Contrato de outsourcing de impressão (multifuncionais com manutenção e insumos inclusos)	Recursos da OM (custeio) / DGO	Atender setores de grande demanda, reduzindo custo unitário de impressão e garantindo disponibilidade	R\$ 20.000,00
Serviço de Telefonia Móvel (ND 33.90.39)	Contrato de telefonia celular corporativa (linhas para seções e destacamentos)	Recursos da OM (custeio) / 4º CTA	Garantir comunicação institucional e suporte aos trabalhos externos	R\$ 30.000,00
Serviço de Internet (ND 33.90.40)	Links dedicados e internet satelital/Starlink (Leo) para Matapí, Vila Nova e sede do BEC	CITEx	Suporte às operações dos sistemas corporativos (SisPIT, Siscau, Sisbol) e comunicação eficiente entre sede e	R\$ 100.000,00

8º Batalhão de Engenharia de Construção – 8º BEC

			destacamentos	
TOTAL PREVISTO				R\$ 592.345,66

19. PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DE TI – 2027

A proposta orçamentária do **8º Batalhão de Engenharia de Construção** para o exercício de **2027** consiste, inicialmente, em uma **ampliação aproximada de 20%** em relação à proposta orçamentária de 2025-2026, abrangendo materiais permanentes, materiais de consumo e serviços de TIC (telefonia móvel, internet e aluguel de impressoras).

Esta proposta terá caráter preliminar e será **revisada no PDTIC**, de forma extraordinária, no mês de **novembro de 2026**, considerando eventuais ajustes orçamentários, atualizações de diretrizes superiores e as demandas operacionais desta Organização Militar.

Categoria	Descrição	Fonte de Recurso	Justificativa	Valor (R\$)
Material de Consumo (ND 33.90.30)	Toners, cartuchos, cabos de rede, periféricos (mouses, teclados, HDs externos), baterias, peças de reposição	DGO / 41º CT	Suprimento contínuo de insumos e reposição de materiais de uso diário nas seções administrativas e destacamentos	R\$ 258.000,00
Material Permanente (ND 44.90.52)	Desktops, notebooks, switches, nobreaks, impressoras de pequeno porte, projetores multimídia	CITEx / DCT / 41º CT	Renovação e modernização do parque computacional e da infraestrutura de rede	R\$ 300.000,00
Serviço de Aluguel de Impressoras (ND 33.90.39)	Contrato de outsourcing de impressão (multifuncionais com manutenção e insumos inclusos)	Recursos da OM (custeio) / DGO	Atender setores de grande demanda, reduzindo custo unitário de impressão e garantindo disponibilidade	R\$ 20.000,00
Serviço de Telefonia Móvel (ND 33.90.39)	Contrato de telefonia celular corporativa (linhas para seções e destacamentos)	Recursos da OM (custeio) / 4º CTA	Garantir comunicação institucional e suporte aos trabalhos externos	R\$ 30.000,00
Serviço de Internet (ND 33.90.40)	Links dedicados e internet satelital/Starlink (Leo) para Matapí,	CITEx	Suporte às operações dos sistemas corporativos (SisPIT, Siscau, Sisbol) e	R\$ 100.000,00

8º Batalhão de Engenharia de Construção – 8º BEC

	Vila Nova e sede do BEC		comunicação eficiente entre sede e destacamentos	
TOTAL PREVISTO				R\$ 708.000,00

8 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO

Estudo Técnico Preliminar 19/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 64046.001537/2026-91

2. Descrição da necessidade

O 8º Batalhão de Engenharia de Construção busca a aquisição de **materiais de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)**, classificados como **materiais de consumo e materiais permanentes**, com a finalidade de atender às necessidades e demandas dos diversos setores administrativos desta Organização Militar e de seus Destacamentos.

A presente Organização Militar é responsável pela execução de obras de construção e pavimentação de relevante interesse social em regiões remotas da Amazônia, notadamente de difícil acesso e, em muitos casos, onde empresas privadas não demonstram interesse ou não conseguem atender ao fornecimento de materiais e serviços de natureza técnica.

Nesse contexto, os materiais de TIC mostram-se essenciais para garantir o adequado funcionamento dos processos internos que fazem uso de recursos de tecnologia da informação e comunicação, assegurando a continuidade das atividades administrativas, operacionais e de apoio à missão institucional.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Informática - SecInfor	LEONARDO JONATHAN DA SILVA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação deverá atender aos seguintes requisitos mínimos, de forma a garantir a adequada aquisição e reposição de **materiais de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)**, classificados como **materiais de consumo e materiais permanentes**, destinados ao uso nas seções administrativas e operacionais do 8º Batalhão de Engenharia de Construção e de seus Destacamentos, tais como Matapi e Vila Nova.

4.1 Requisitos Funcionais

4.1.1 Compatibilidade

Os **módulos de memória RAM** deverão ser compatíveis com as placas-mãe e arquiteturas dos computadores existentes, observando-se padrões tecnológicos (DDR3, DDR4 ou superiores), frequências e tensões suportadas pelos equipamentos.

Os **dispositivos de armazenamento SSD e HDD** deverão ser compatíveis com os padrões de interface utilizados (SATA ou SAS), formatos físicos (2,5" ou 3,5") e controladoras existentes, permitindo integração imediata aos computadores e servidores.

Os **cabos de rede** deverão atender aos padrões de cabeamento estruturado (categoria mínima conforme especificação técnica), assegurando compatibilidade com os equipamentos de rede e suportando as velocidades de transmissão exigidas.

Os **switches, roteadores e conversores de mídia** deverão ser compatíveis com a infraestrutura de rede existente, suportando os protocolos de comunicação utilizados, bem como velocidades compatíveis com redes locais Gigabit Ethernet.

Os **computadores, notebooks e kits de upgrade** deverão ser compatíveis com os sistemas operacionais utilizados pela Organização Militar, especialmente ambientes Windows e Linux, possibilitando a instalação e execução dos sistemas corporativos.

As **impressoras, scanners e projetores multimídia** deverão ser compatíveis com os sistemas operacionais e interfaces disponíveis, permitindo integração plena ao ambiente tecnológico do Batalhão.

Os **nobreaks e estabilizadores** deverão ser compatíveis com a rede elétrica local e com os equipamentos de TIC, suportando a potência demandada e assegurando alimentação ininterrupta em caso de falhas de energia.

4.1.2 Operacionalidade

Os materiais e equipamentos deverão permitir o **pleno funcionamento da infraestrutura de TIC**, garantindo:

- Continuidade das atividades administrativas e operacionais;
- Processamento adequado das informações institucionais;
- Comunicação eficiente entre os sistemas e usuários;
- Disponibilidade dos serviços de rede, armazenamento, digitalização e impressão;
- Proteção elétrica dos equipamentos críticos.

4.1.3 Desempenho

Os equipamentos permanentes (computadores, notebooks, switches, roteadores, nobreaks, scanners, projetores e impressoras) deverão apresentar **desempenho compatível com uso institucional contínuo**, assegurando estabilidade, confiabilidade e capacidade de atendimento às demandas diárias.

Os materiais de consumo (memórias, SSDs, cabos e componentes) deverão garantir **desempenho equivalente aos padrões técnicos normalmente praticados no mercado**, sem degradação prematura ou limitação funcional.

4.1.4 Facilidade de Instalação e Uso

Os materiais deverão permitir **instalação imediata**, sem necessidade de adaptações estruturais ou uso de softwares proprietários complexos.

Os equipamentos deverão possuir interfaces padronizadas, documentação mínima e recursos que possibilitem sua instalação, configuração e manutenção pela equipe de Tecnologia da Informação do Batalhão.

5. Levantamento de Mercado

Para subsidiar a definição do valor estimado e verificar a viabilidade da contratação, foi realizado **levantamento de mercado exclusivamente por meio do sistema ComprasNet**, com base em contratações recentes de órgãos da Administração Pública.

A pesquisa envolveu itens equivalentes aos que serão contratados, tais como **módulos de memória RAM, dispositivos de armazenamento SSD e HDD, cabos de rede, conversores de mídia, switches, roteadores, computadores, notebooks, nobreaks, impressoras, scanners, projetores multimídia, monitores e demais equipamentos de infraestrutura de TIC**, classificados como materiais de consumo e materiais permanentes.

A análise das contratações identificadas no ComprasNet demonstrou **ampla disponibilidade dos itens no mercado, existência de múltiplos fornecedores habilitados e valores compatíveis com os praticados no setor de Tecnologia da Informação e Comunicação**, evidenciando a viabilidade técnica e econômica da futura contratação.

6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta consiste na **aquisição de materiais de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)**, classificados como **materiais de consumo e materiais permanentes**, tais como módulos de memória RAM, dispositivos de armazenamento SSD e HDD, cabos de rede, conversores de mídia, switches, roteadores, computadores, notebooks, nobreaks, impressoras, scanners, projetores multimídia, monitores e demais equipamentos de infraestrutura tecnológica, de forma a garantir a operação contínua dos sistemas de informação utilizados nas atividades administrativas, logísticas e de controle operacional do **8º Batalhão de Engenharia de Construção**, incluindo especificamente os destacamentos de Matapi e Vila Nova.

A contratação possibilitará a **modernização, reposição e ampliação da infraestrutura de TIC**, assegurando desempenho adequado dos sistemas, continuidade dos serviços digitais e suporte às atividades de planejamento, execução e controle das obras realizadas pelo Batalhão.

A solução contempla:

Disponibilização de equipamentos e componentes de TIC padronizados

Garante a operação adequada dos ambientes computacionais das seções administrativas e dos destacamentos, permitindo a continuidade das atividades internas sem interrupções decorrentes de falhas de hardware, obsolescência tecnológica ou insuficiência de capacidade de processamento e armazenamento.

Sustentação da infraestrutura de rede e comunicação

Assegura a disponibilidade dos serviços de conectividade, compartilhamento de dados e acesso aos sistemas corporativos, por meio do fornecimento de equipamentos de rede compatíveis com os padrões técnicos exigidos.

Proteção e continuidade operacional dos sistemas

Por meio da utilização de nobreaks e equipamentos de proteção elétrica, reduz-se o risco de perda de dados, danos a equipamentos e indisponibilidade dos serviços em decorrência de oscilações ou falhas no fornecimento de energia.

Atendimento às demandas dos destacamentos

A solução atende diretamente às unidades de Matapi e Vila Nova, onde as condições operacionais e a distância da sede tornam indispensável a disponibilidade de equipamentos de TIC adequados. A ausência desses recursos impactaria de forma imediata a comunicação, o registro das atividades e o acompanhamento das frentes de trabalho.

A contratação, portanto, apresenta-se como **solução adequada, suficiente e necessária** para manter o funcionamento regular da infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do Batalhão, garantindo a continuidade das atividades administrativas e operacionais e preservando a eficiência, a segurança da informação e o desempenho institucional.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT
1	Memória RAM DDR3 8GB – 1333 MHz	Unidade	30
	DESCRIÇÃO DETALHADA		
	Módulo de memória RAM DDR3, com capacidade de 8 GB, projetado para uso em computadores compatíveis com este padrão. Ideal para ambientes corporativos, administrativos e técnicos que exigem desempenho estável e eficiente em multitarefas. Tipo: Memória RAM DDR3, Capacidade: 8 GB, Frequência: 1333 MHz, Padrão: DDR3 SDRAM, PC3-17000 ou superior, Formato: DIMM (para desktops), Latência CAS (CL): Compatível com a frequência e com os padrões do fabricante (ex: CL11 ou similar), Tensão de operação: 1.5V ou conforme especificação do fabricante, Compatibilidade : Compatível com placas-mãe que suportem memórias DDR3 com frequência de até 1333 MHz, Aplicação: Computadores de mesa (desktop), uso corporativo e técnico. A embalagem deve conter identificação clara da capacidade, frequência e padrão da memória. (Para utilização em desktop).		

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT
2	Memória RAM DDR4 8GB – 2666 MHz	Unidade	20
	DESCRIÇÃO DETALHADA		
	Módulo de memória RAM DDR4, com capacidade de 8 GB, projetado para uso em computadores compatíveis com este padrão. Ideal para ambientes corporativos, administrativos e técnicos que exigem desempenho estável e eficiente em		

	multitarefa. Tipo: Memória RAM DDR4, Capacidade: 8 GB, Frequência: 2666 MHz, Padrão: DDR4 SDRAM, PC3-17000 ou superior, Formato: DIMM (para desktops), Latência CAS (CL): Compatível com a frequência e com os padrões do fabricante (ex: CL11 ou similar), Tensão de operação: 1.5V ou conforme especificação do fabricante, Compatibilidade: Compatível com placas-mãe que suportem memórias DDR3 com frequência de até 2133 MHz, Aplicação: Computadores de mesa (desktop), uso corporativo e técnico, A embalagem deve conter identificação clara da capacidade, frequência e padrão da memória. (Para utilização em desktop).
--	---

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT
3	Disco Magnético Sas: SSD , Memória: 1.2 TB. Velocidade Transferência: 12 GB/S, Aplicação: Servidor De Rede, Tamanho: 2.5 POL Modelo: Sas	Unidade	6
	DESCRIÇÃO DETALHADA		
	Unidade de disco magnético com interface SAS (Serial Attached SCSI), formato 2,5", capacidade de 1.2 TB, projetada para aplicações de alto desempenho em servidores de rede. Ideal para ambientes corporativos que demandam alta confiabilidade, velocidade de acesso e desempenho contínuo. Tipo: Disco rígido magnético (HDD) para servidor, Capacidade: 1.2 TB, Interface: SAS (Serial Attached SCSI), Velocidade de transferência: 12 Gb/s, Fator de forma (formato físico): 2,5 polegadas (SFF – Small Form Factor), Velocidade de rotação: Mínima de 10.000 RPM, Aplicação: Servidores de rede, data centers e sistemas de armazenamento corporativo, Compatibilidade: Equipamentos com backplane ou controladora SAS de 12 Gb/s ou compatível, Confiabilidade: Desenvolvido para operação contínua (24/7), com alta taxa de MTBF (tempo médio entre falhas), Acompanha embalagem com identificação clara da capacidade, tipo de interface, número de série e especificações técnicas, com informações em português.		

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT
4	SSD 480 GB: Disco sólido de armazenamento; capacidade mínima de 480 GB	Unidade	30
	DESCRIÇÃO DETALHADA		
	Capacidade: 480 GB - 500 GB, Tipo: SSD interno de 2,5" (polegadas), Interface: SATA III (6 Gb/s), compatível com SATA II, Velocidade de leitura sequencial: Até 560 MB/s, Velocidade de gravação sequencial: Até 530 MB/s, Tecnologia: 3D NAND, com controle de temperatura e algoritmos de correção de erros, Formato: 2,5" (7 mm de espessura), Resistência a choques e vibrações: Sim, Recursos adicionais: Suporte a tecnologias de aceleração como nCache™ 2.0 e controle térmico dinâmico, Compatibilidade: Sistemas Windows, Linux e outros que aceitem SSD SATA de 2,5", Embalagem com informações claras em português, incluindo marca, modelo e especificações técnicas. Similar ou equivalente ao (SanDisk Ultra 3D SSD - 500 GB).		

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT
	SSD 250 GB: Disco sólido de armazenamento; capacidade de 240Gb	Unidade	40
	DESCRIÇÃO DETALHADA		

5	<p>Unidade de armazenamento em estado sólido (SSD), com capacidade de 250 GB, formato de 2,5 polegadas e interface SATA III. Ideal para aumentar a velocidade de inicialização de sistemas, carregamento de aplicativos e desempenho geral de computadores e notebooks em ambientes corporativos, administrativos e educacionais. Capacidade: 250 GB, Tipo: SSD interno de 2,5" (polegadas), Interface: SATA III (6 Gb/s), compatível com SATA II, Velocidade de leitura sequencial: Mínima de 550 MB/s, Velocidade de gravação sequencial: Mínima de 525 MB/s, Tecnologia: NAND Flash 3D com buffer de aceleração de desempenho (tecnologia similar ao nCache™ 2.0), Formato físico: 2,5" com 7 mm de espessura, Recursos adicionais:, Resistência a choque e vibração,, Gerenciamento térmico dinâmico, Suporte a comandos TRIM e S.M.A.R.T., Compatibilidade: Sistemas Windows, Linux, MacOS e outros com suporte a SSD SATA, Embalagem com informações claras em português, contendo especificações técnicas, capacidade e número de série. Similar ou equivalente ao produto (SanDisk Ultra 3D SSD - 250 GB).</p>
---	---

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT
6	Chaveador KVM Switch 4 Portas VGA com Áudio e USB	Unidade	2
	DESCRIÇÃO		
	<p>Chaveador KVM (Keyboard, Video and Mouse) com 4 portas, projetado para permitir o controle de até quatro computadores utilizando um único conjunto de teclado, mouse e monitor VGA. Ideal para ambientes corporativos, laboratórios, data centers ou salas de controle, otimizando o espaço físico e facilitando a operação de múltiplos sistemas. Número de portas KVM: 4 (quatro) entradas VGA para computadores; Tipo de vídeo: VGA analógico, com suporte a resoluções de até 1920x1440 @60Hz; Conexões de periféricos: 4 entradas USB para controle de teclado e mouse (padrão USB 2.0); 1 saída USB para teclado/mouse compartilhados; 1 saída VGA para monitor; Áudio opcional (caso o modelo ofereça suporte a áudio estéreo via P2); Método de comutação: Botão físico no equipamento e/ou teclas de atalho (hotkeys no teclado); Compatibilidade: Compatível com sistemas operacionais Windows, Linux, MacOS e outros sistemas com suporte a teclado/mouse USB e vídeo VGA; Alimentação: Alimentação via porta USB (sem necessidade de fonte externa em modelos autossuficientes); Material: Gabinete resistente, em plástico ABS ou metálico, conforme o modelo; Indicação de uso: Recomendado para ambientes que necessitam alternar entre múltiplos computadores com agilidade e economia de espaço; Indicadores visuais: LEDs para indicação do canal selecionado; Acessórios inclusos: Cabo(s) VGA + USB para conexão com os computadores (mínimo 4 pares), conforme o modelo. Condições mínimas exigidas: Produto novo, original de fábrica, Cabo(s) de conexão inclusos para uso imediato com os 4 computadores.</p>		

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT
7	<p>Fonte de alimentação com potência mínima de 500 Watts reais, padrão ATX, com múltiplas proteções elétricas e conectores compatíveis com placas-mãe e periféricos modernos. Ideal para uso em computadores de mesa (desktop) em ambientes corporativos e administrativos.</p>	Unidade	48
	DESCRIÇÃO DETALHADA		
	<p>Potência nominal: 500 W (reais), Padrão: ATX, Tensão de entrada: Bivolt automático (100–240V, 50/60Hz), Eficiência: Mínima de 80% de eficiência sob carga típica, Proteções elétricas: Contra sobretensão (OVP), subtensão (UVP), sobrecorrente (OCP), curto-circuito (SCP) e sobrecarga (OPP), Conectores mínimos:, 1 x 24 pinos (placa-mãe), 1 x 8 pinos (CPU – 4+4), 2 x SATA, 1 x Molex 4 pinos, 1 x PCI-Express 6+2 pinos, Ventilação: Cooler de no mínimo 120 mm com controle térmico e baixo ruído, PFC (correção de fator de potência): Ativo, Cor: Preta ou cinza, (conforme , isponibilidade do fabricante). Aplicação: Computadores de mesa (desktop), workstations de pequeno porte, uso corporativo ou institucional, Embalagem com identificação clara do modelo, potência e especificações técnicas em português.</p>		

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT
8	Cabo Rede Cat 6E Blindado	Unidade	4
	DESCRIÇÃO DETALHADA		
	Cabo Rede Computador Material Revestimento: Polietileno Especial , Material Condutor: Cobre Nú , Bitola Condutor: 24 AWG, Tipo Condutor: Trançado 4 Pares , Tipo Cabo: 6 E , Cor: Azul , Padrão Cabeamento: Com Blindagem Helicoidal Em Fita Metalizada , Características Adicionais: Cabo Utp Blindado Com Marcação Seqüencial Métrica , Categoria: 6e , Aplicação: Conexão De Rede , Material Isolamento Condutor: Pvc Não Propagante À Chama , Comprimento: 305		

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT
9	Cabo Rede Cat 5E	Unidade	4
	DESCRIÇÃO DETALHADA		
	Cabo Rede Computador Material Revestimento: Pvc - Cloreto De Polivinila Anti-Chama , Material Condutor: Cobre Rígido , Tipo Condutor: Trançado , Tipo Cabo: 4 Pares , Cor: Azul , Categoria: 5e , Aplicação: Camera Cftv Cat5		

Materiais Permanentes

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT
10	609690 - SWITCH QUANTIDADE PORTAS: 48 UN, TIPO PORTAS: 10/100 /1000 BASE T, RJ45.4, ETHERNET MINI-GBIC, VELOCIDADE PORTA: 1000 MBPS, 1/10 GBPS , ALIMENTAÇÃO: 100 A 240 V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM PORTAS POE, ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA COM CHAVEAMEN , APLICAÇÃO: CONECTAR SERVIDORES E EQUIPAMENTOS EM REDE , TIPO: SWITCH GERENCIÁVEL	Unidade	4
	DESCRIÇÃO DETALHADA		
	SWITCH GERENCIÁVEL, QUANTIDADE PORTAS 48 UN TIPO PORTAS 1000 BASE T VELOCIDADE PORTA 10/100 /1000 ALIMENTAÇÃO BIVOLT(110/220) FREQUÊNCIA 60 HZ APLICAÇÃO REDE DE INFORMÁTICA, CONFIGURAÇÕES MINIMA: MOLOGADO: ANATEL; MONTAGEM: EM RACK; DESEMPENHO: CAPACIDADE DE COMUTACÃO NÃO INFERIOR A 176 GBPS, TAXA DE ENCAMINHAMENTO DE PACOTES NÃO INFEROR A 130.9 MPPS, MEMÓRIA DE BUFFER DE PACOTE NÃO INERIOR A 12 MBIT; SUPORTE/CONTROLE DE: QOS, PROTOCOLO SPANNING TREE, SEGURANÇA STP, DETECÇÃO DE LOOPBACK, CONTROLE DE FLUXO, ESPELHAMENTO, L2 MULTICAST, MVR, VLAN, MAC, IPV6/IPV4 GERENCIAMENTO CENTRALIZADO, INTERFACE GRÁFICA DE USUÁRIO (GUI) BASEADA EM WEB, INTERFACE DE LINHA DE COMANDO (CLI) ATRAVÉS DA PORTA DE CONSOLE, TELNET, SNMP V1/V2C/V3, TRAP/INFORM, CLIENTE DHCP/BOOTP, 802.1AB LLDP/LLDP-MED, DHCP AUTOINSTALL, MONITORAMENTO DA CPU, DIAGNÓSTICO DE CABOS, RECUPERAÇÃO DE SENHA, SNTP, LOG DO SISTEMA. Similar ou equivalente ao (TP-Link ou Cisco).		

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT
11	343312 - PLACA SWITCH PADRÃO: 10/100/1000, QUANTIDADE PORTAS: 48 PORTAS, CONECTOR: RJ-45, APLICAÇÃO: SWITCH	Unidade	4
	DESCRIÇÃO DETALHADA		
	SWITCH NÃO GERENCIÁVEL, QUANTIDADE PORTAS 48, portas 10/100/1000 Mbps RJ45, BIVOLT(110/220) FREQUÊNCIA 60 HZ APLICAÇÃO CONECTAR SERVIDORES E EQUIPAMENTOS EM REDE, CONFIGURAÇÕES MINIMA: MOLOGADO: ANATEL; MONTAGEM: EM RACK 19 Pol. Similar ou equivalente ao (TP-Link ou Cisco).		

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT
12	633035 - MICROCOMPUTADOR MEMÓRIA RAM: 32 GB, NÚCLEOS POR PROCESSADOR: 8 A 12 , ARMAZENAMENTO HDD: SEM DISCO HDD GB, ARMAZENAMENTO SSD: SUPERIOR A 500 , MONITOR: 23.8 A 29 POL, 100 Hz, COMPONENTES ADICIONAIS: COM TECLADO E MOUSE , SISTEMA OPERACIONAL: PROPRIETÁRIO, GARANTIA ON SITE: 12 MESES, GABINETE: TORRE , OUTROS RECURSOS: CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA	Unidade	3
	DESCRIÇÃO DETALHADA		
	MICROCOMPUTADOR TIPO I (AVANÇADO), Processador: mínimo 12 núcleos 16 threads (Intel i7 ou AMD Ryzen 7, ou superior), Memória RAM: 32 GB DDR4 ou DDR5, Armazenamento: SSD 1 TB, Placa de vídeo: dedicada de entrada (mínimo 6 GB GDDR5, se offboard), Monitor: 29 polegadas, frequência mínima de 100 Hz, Gabinete: torre, Periféricos: teclado e mouse USB, Sistema operacional: proprietário, Windows 11 Pro licenciado, Garantia: mínima de 12 meses, on site. (Obs: Os componentes Monitor, Gabinete, Teclado e mouse devem ser do mesmo fabricante. Marca de Referência Lenovo , e Dell)		

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT
13	472411 - MICROCOMPUTADOR Memória Ram: 16 GB Núcleos Por Processador: 4 A 8 Armazenamento Hdd: 1 TB.Armazenamento Ssd: 310 A 500 Monitor: 21 A 29 POL Componentes Adicionais: Com Teclado E Mouse Sistema Operacional: Proprietário Garantia On Site: 12 MESES Gabinete: Torre	Unidade	8
	DESCRIÇÃO DETALHADA		
	MICROCOMPUTADOR TIPO II (INTERMEDIÁRIO), Processador: mínimo 8 núcleos / 12 threads (Intel i5 ou AMD Ryzen 5, ou superior) Memória RAM: 16 GB DDR4 ou DDR5, Armazenamento: SSD 512 GB, Placa de vídeo: integrada ao processador, Monitor: 23.8 a 29 polegadas, frequência mínima de 100 Hz, Gabinete: torre, Periféricos: teclado e mouse USB, Sistema operacional: Windows 11 Pro licenciado, Garantia: mínima de 12 meses, on site. (Obs: Os componentes Monitor, Gabinete, Teclado e mouse devem ser do mesmo fabricante. Marca de Referência Lenovo e Dell)		

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT
14	614333 - MICROCOMPUTADOR MEMÓRIA RAM: 8 GB, NÚCLEOS POR PROCESSADOR: 4 A 6, ARMAZENAMENTO HDD: SEM DISCO HDD GB, ARMAZENAMENTO SSD: ATÉ 2 TB , MONITOR: ATÉ 23.8 POL ,100 Hz, COMPONENTES ADICIONAIS: COM TECLADO E MOUSE , SISTEMA OPERACIONAL: PROPRIETÁRIO , GARANTIA ON SITE: 12 MESES, GABINETE: TORRE , OUTROS RECURSOS: CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA	Unidade	8
	DESCRIÇÃO DETALHADA		
	MICROCOMPUTADOR TIPO III (BÁSICO) Processador: mínimo 6 núcleos / 8 threads (Intel Core i3 ou AMD Ryzen 3, ou superior). Memória RAM: 8 GB DDR4 ou DDR5. Armazenamento: SSD 500 GB (ou superior). Placa de vídeo: integrada ao processador. Monitor: 23.8 a 29 polegadas, frequência mínima de 100 Hz. Gabinete: tipo torre. Periféricos: teclado e mouse USB. Sistema operacional: open source. Garantia: mínima de 12 meses, atendimento on site. Observação: Os componentes Monitor, Gabinete, Teclado e Mouse devem ser do mesmo fabricante. Marcas de referência: Lenovo e Dell.		

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT
15	397401 - APRESENTADOR MULTIMÍDIA DISTÂNCIA MÍNIMA: 15 M, FREQUÊNCIA: 2,4 GHZ, COMPATIBILIDADE: WINDOWS 2000/XP/VISTA /7, MAC OS, LINUX , FONTE ALIMENTAÇÃO: 2 PILHAS AAA	Unidade	6
	DESCRIÇÃO DETALHADA		
	APRESENTADOR MULTIMÍDIA, CANETA CONTROLE APRESENTADOR MULTIMÍDIA PASSADOR SLIDES CONEXÃO: SEM FIO 2.4GHZ POSSUI RECEPTOR SEM FIO: SIM TIPO DE RECEPTOR SEM FIO: USB NANO VERSÃO DO USB: 2.0, MODO RF: 2.4 GHZ GFSK MODO DE TRANSMISSÃO: DSSS RAO DE COMUNICAÇÃO SEM FIO: 15M, COMPATIBILIDADE: WINDOWS 2000/XP/VISTA /7, MAC OS, LINUX		

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT
16	481545 - NOTEBOOK TELA: SUPERIOR A 14 POL, INTERATIVIDADE DA TELA: SEM INTERATIVIDADE, MEMÓRIA RAM: 16 GB, NÚCLEOS POR PROCESSADOR: 4 A 8, ARMAZENAMENTO HDD: SEM DISCO HDD GB, Placa de vídeo Geforce rtx 3050 4GB GDDR6, ARMAZENAMENTO SSD: 310 A 500, BATERIA: DEFINIDO PELO FABRICANTE, ALIMENTAÇÃO: BIVOLT AUTOMÁTICA, SISTEMA OPERACIONAL: PROPRIETÁRIO, GARANTIA ON SITE: 12 MESES, OUTROS RECURSOS: CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA	Unidade	6
	DESCRIÇÃO DETALHADA		
	NOTEBOOK, TIPO (AVANÇADO), Processador: mínimo 12 núcleos / 16 threads (Intel i5 ou AMD Ryzen 5, ou superior), Memória RAM: 16 GB DDR4 ou DDR5, Armazenamento: SSD 512 GB, Placa de vídeo: Placa de vídeo Geforce rtx 3050 4GB GDDR6, Tela: 15,6” ou 17” Full, HD/2K, antirreflexo, Bateria: mínima de 6h de duração, Teclado: ABNT2 retroiluminado, Sistema operacional: proprietário, Windows 11 Pro licenciado, Garantia: mínima de 12 meses, on site, Marca de referência: Avell. Obs: Notebook deve ter uma boa saída e entrada de ar.		

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT
17	481545 - NOTEBOOK TELA: SUPERIOR A 14 POL, INTERATIVIDADE DA TELA: SEM INTERATIVIDADE, MEMÓRIA RAM: 8 GB, NÚCLEOS POR PROCESSADOR: 4 A 8, ARMAZENAMENTO HDD: SEM DISCO HDD GB, ARMAZENAMENTO SSD: 310 A 500, BATERIA: DEFINIDO PELO FABRICANTE, ALIMENTAÇÃO: BIVOLT AUTOMÁTICA, SISTEMA OPERACIONAL: PROPRIETÁRIO, GARANTIA ON SITE: 12 MESES, OUTROS RECURSOS: CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA	Unidade	8
	DESCRIÇÃO DETALHADA		
	NOTEBOOK, TIPO (INTERMEDIÁRIO), Processador: mínimo 8 núcleos / 12 threads (Intel i5 ou AMD Ryzen 5, ou superior) Memória RAM: 8 GB DDR4 ou DDR5, Armazenamento: SSD 512 GB, Placa de vídeo: integrada ao processador, Tela: 15,6" Full HD (1920x1080), antirreflexo, Bateria: mínima de 6h de duração, Teclado: ABNT2 retroiluminado, Sistema operacional: proprietário, Windows 11 Pro licenciado, Garantia: mínima de 12 meses, on site, Marca de referência: Avell, Dell, Lenovo. Obs: Notebook deve ter uma boa saída e entrada de ar.		

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT
18	632161 - Transceptor Conversor Cabo Fibra Ótica Padrão: Ieee802.3, Ieee802.3u, Ieee802.3z , Taxa Transmissão: 10/100/1000 Mbps , Tipo Conector: Rj-45 E Sc , Velocidade Transferência: 10 /100/1000 , Taxa Recepção: 10/100/1000 Mbps , Características Adicionais: 6 Display; Led 1 Par A/B; 1 Par Htb-Gs-03 A/B Ggbt , Tipo Fibra: Multimodo , Temperatura Operação: 0 A 70 °C, Tensão Nominal: (1a) 5	Unidade	10
	DESCRIÇÃO DETALHADA		
	Conversor de mídia RJ45 para fibra óptica. Padrão de rede: IEEE 802.3u 10/100/1000Base-TX e 1000Base-SX. Tipo de fibra: Multimodo (MM). Conector óptico: Padrão SC ou LC. Distância de transmissão: até 2 km (mínimo). Velocidade de transmissão: 1 Gbps. Compatibilidade: Plug and play, compatível com switches e roteadores padrão Gigabit Ethernet. Alimentação: Bivolt automático (100–240V AC) ou fonte externa 5V DC. Temperatura de operação: 0°C a 50°C. Indicadores LED: Power, Link/Activity, e Speed. Montagem: Standalone ou compatível com chassi de conversores. Garantia: mínima de 12 meses. Marca de referência: TP-Link, Intelbras, Planet, ou D-Link.		

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT
	626910 - Projetor Multimídia Distância Mínima Tela: 90 CM, Distância Máxima Tela: 10 M, Tipo Lâmpada: Uhe , Potência Lâmpada: 210 W, Voltagem: Bivolt V, Frequência: 50/60 HZ, Quantidade Entradas Vídeo: 2 UN, Tipo Zoom: Óptico , Potência Autofalantes: 5 W, Quantidade Autofalantes: 1 UN, Tipo: Teto E Mesa , Capacidade Conexão: Conexão: Rj45 , Características Adicionais: Conexão Rj45, Hdmi, D-Sub15 Pin, RCA, Usb A E B, S , Luminosidade Mínima: 3.800 LM, Tipo Foco: Manual , Tipo Projeção: Frontral / Traseiro / Teto , Tipo Tecnologia: Rj45 , Resolução Mínima: 1.280 X 800 DPI, Resolução: 1.280 X 800 , Contraste Mínimo: 16.000 , Tipo Controle: Remoto, Sem Fio	Unidade	4
	DESCRIÇÃO DETALHADA		

19	<p>Equipamento de projeção multimídia profissional destinado a apresentações, treinamentos e uso institucional, com tecnologia de projeção 3LCD, que proporciona imagens nítidas, brilhantes e com cores naturais, mantendo alta qualidade mesmo em ambientes bem iluminados .Tecnologia de projeção: 3LCD de 3 chips. Resolução nativa: WXGA (1280 x 800) ou superior. Relação de aspecto: 16:10. Brilho: mínimo de 3.800 lúmens ANSI (cores e branco). Contraste: mínimo de 16.000:1. Reprodução de cores: até 1 bilhão de cores. Distância de projeção: mínima de 0,9 m e máxima de 10,9 m, com tamanho de imagem de 33” a 320” (diagonal). Correção de imagem: keystone automático vertical e manual horizontal, com função Quick Corner. Lente: zoom e foco manuais (zoom óptico de 1,2x). Fonte de luz: lâmpada UHE de 210 W, com vida útil mínima de 8.000 horas (modo normal) e 17.000 horas (modo econômico). Conectividade: 2x HDMI, 2x VGA, (entrada/saída), 2x USB (Tipo A e Tipo B), 2x entradas de áudio estéreo e 1x saída, 1x RJ45 (rede), 1x RS-232C, Alto-falante: monaural, mínimo de 5 W RMS. Ruído do ventilador: até 37 dB. Alimentação: bivolt automático (100–240V AC, 50/60Hz). Consumo de energia: até 345 W (modo normal). Temperatura de operação: 5°C a 40°C. Dimensões máximas: 30 x 25 x 9 cm (L x P x A). Peso: até 2,7 kg. Acessórios incluídos: cabo HDMI, controle remoto com pilhas, cabo de alimentação e manual de instalação. Montagem: compatível com suporte de teto, mesa ou tripé. Garantia: mínima de 12 meses para o projetor e 90 dias para a lâmpada. Observação: projetor de uso profissional, não sendo aceitos mini projetores ou projetores portáteis. Marca de referência: Epson</p>
----	---

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT
20	486468 - Modem Roteador Modelo: Modem E Roteador Com 8 Antenas , Aplicação: Terminal Remoto , Fonte Alimentação: Externa , Tipo Interface: Wan/Lan , Protocolo Enlace: Ipv4/Ipv6 , Tensão Entrada: 12 V, Tipo Portas: 4 Portas Gigabit-Lan E 1 Porta Gigabit Wan , Frequência Sinal: Dual Band 2,4 / 5,0 Ghz	Unidade	10
	DESCRIÇÃO DETALHADA		
	<p>Descrição técnica: Equipamento de rede sem fio com tecnologia Mesh, destinado à criação de redes Wi-Fi estáveis, contínuas e de alta velocidade, adequado para ambientes de médio porte, como repartições administrativas, alojamentos ou áreas de trabalho coletivas. Especificações mínimas: Padrões de rede: IEEE 802.11ac/n/a (5 GHz), IEEE 802.11n/b/g (2.4 GHz). Tecnologia Wi-Fi: Wi-Fi 5 (802.11ac) com sistema Mesh integrado. Velocidade de transmissão: Banda de 5 GHz: até 867 Mbps. Banda de 2.4 GHz: até 300 Mbps. Velocidade combinada total: AC1200. Cobertura de sinal: adequada para residências ou áreas de 3 a 5 ambientes por conjunto de três unidades. Antenas: 2 antenas internas de alto ganho por unidade, com tecnologia Beamforming. Capacidade de conexão: múltiplos dispositivos simultâneos com suporte MU-MIMO. Modos de operação: modo Roteador e modo Access Point. Portas Ethernet: mínimo de 2 portas Gigabit (WAN/LAN auto-sensing) por unidade. Segurança de rede: firewall SPI, controle de acesso, suporte a WPA/WPA2-Personal e rede para visitantes separada (2.4 GHz e 5 GHz). Gerenciamento: aplicativo dedicado para configuração e controle remoto via smartphone (Android e iOS). Protocolos suportados: IPv4, IPv6, PPPoE, PPTP, L2TP, DHCP e NAT (UPnP, Port Forwarding). Funções adicionais: Controle parental com filtragem por URL e limites de tempo. QoS por dispositivo. Suporte a IPTV (IGMP Proxy /Snooping, VLAN Tag). Atualizações automáticas de firmware OTA. Potência de transmissão: até 23 dBm (5 GHz). Dimensões máximas: 90 x 90 x 190 mm (L x P x A). Temperatura de operação: 0°C a 40°C. Alimentação: 100–240V AC, 50/60Hz. Acessórios incluídos: cabo Ethernet RJ45, fonte de alimentação e guia de instalação rápida. Certificações: CE, FCC, RoHS e equivalentes. Garantia: mínima de 12 meses. Observação: o equipamento deve ser roteador de padrão profissional, com tecnologia Mesh real e portas Gigabit, não sendo aceitos repetidores simples, roteadores domésticos convencionais ou equipamentos sem integração Mesh nativa. Marca de referência: TP-Link Modelo Deco M4.</p>		

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT
	614404 - ESTABILIZADOR TENSÃO TENSÃO ALIMENTAÇÃO ENTRADA: 115 /127/220 V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MÍNIMO DE CONEXÕES DE SAÍDA: 5,,TOMADAS NBR 14136 , TIPO: NOBREAK SENOIDAL , TENSÃO SAÍDA: 115 V, FATOR POTÊNCIA: 0,5 , CAPACIDADE NOMINAL: 1500 VA, TIPO ONDA: SENOIDAL	Unidade	12
	DESCRIÇÃO DETALHADA		

21	<p>Descrição técnica: Equipamento de proteção e alimentação ininterrupta destinado à manutenção do funcionamento de computadores, servidores e equipamentos eletrônicos em caso de falha de energia elétrica, oferecendo estabilidade, segurança e autonomia temporária por meio de baterias internas recarregáveis. Especificações mínimas: Potência nominal: 1500 VA. Fator de potência: mínimo de 0,7. Tensão nominal de entrada e saída: 115 V / 220 V (seleção manual). Frequência de rede: 60 Hz \pm 4 Hz. Faixa de variação de tensão em modo rede: Saída 115 V ~: de 89 V a 140 V (rede 115 V ~) e 175 V a 260 V (rede 220 V ~). Saída 220 V ~: de 94 V a 137 V (rede 115 V ~) e 175 V a 259 V (rede 220 V ~). Forma de onda de saída (inversor): senoidal por aproximação (PWM – modulação por largura e amplitude de pulso). Rendimento (modo rede): até 96%. Tempo de comutação: inferior a 10 ms. Baterias internas: 2 (duas) unidades de 12 V / 7 Ah seladas VRLA (chumbo-ácido). Bateria externa (opcional): 24 V DC, capacidade máxima de 80 Ah. Recarga automática das baterias: mesmo com o nobreak desligado. Conexões de saída: mínimo de 7 tomadas padrão NBR 14136. Plugue de entrada: padrão NBR 14136 (10 A). Comprimento do cabo de força: 1,4 m \pm 5 cm. Grau de proteção: IP20. Frequência de saída em modo bateria: 60 Hz \pm 1%. Alimentação: bivolt automático. Funções de proteção: contra subtensão, sobretensão, curto-circuito, sobrecarga e descarga profunda da bateria. Tipo de resfriamento: convecção natural. Indicação visual e sonora: LEDs e alarme sonoro para status de rede, bateria e falha. Garantia: mínima de 12 meses, Observação: nobreak de uso profissional, não sendo aceitos estabilizadores simples ou UPS de pequeno porte. Marca de referência: SMS.</p>
----	---

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT
	614397 - ESTABILIZADOR TENSÃO, TENSÃO ALIMENTAÇÃO ENTRADA: 115 /127/220 KV, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PROTEÇÃO CONTRA SUB E SOBRE TENSÃO , TIPO: NOBREAK SENOIDAL , FATOR POTÊNCIA: 0,7 , CAPACIDADE NOMINAL: 700 VA, TIPO ONDA: SENOIDAL	Unidade	15
22	<p>Descrição detalhada:</p> <p>Descrição técnica: Equipamento de proteção e alimentação ininterrupta (UPS interativo) com regulação on-line, destinado a assegurar o funcionamento contínuo de equipamentos eletrônicos e de informática em caso de falhas, quedas ou variações na rede elétrica, oferecendo estabilidade e proteção contra surtos, subtensão e sobretensão. Especificações mínimas: Topologia: nobreak interativo com regulação on-line. Potência nominal: 700 VA. Tensão de entrada: bivolt automático (115 / 127 / 220 V~). Tensão de saída: 115 V~. Fator de potência de saída: mínimo de 0,5. Frequência de operação: 60 Hz \pm 4 Hz. Forma de onda de saída: senoidal por aproximação (retangular PWM). Conexão de entrada: plugue padrão NBR 14136. Conexões de saída: mínimo de 6 tomadas padrão NBR 14136. Formato: torre. Tempo de autonomia: até 30 minutos para computador on-board + monitor LED 15,6", podendo variar conforme a carga. Estabilizador interno: sim. Filtro de linha: sim. Microprocessador: ARM 32 bits de alta velocidade com memória flash. Funções adicionais: Autodiagnóstico de bateria. Sistema Battery Saver (economia e prolongamento da vida útil da bateria). Função TRUE RMS (leitura real de tensão eficaz). Autoteste automático. Sistema de recarga rápida Strong Charger. Função DC Start (partida direta pela bateria). Circuito desmagnetizador. Sinalização: LED bicolor indicando as principais condições de operação. Fusível: porta fusível externo com unidade reserva. Proteções para a carga: Queda de rede (blackout). Ruído e surtos na rede elétrica. Sobretensão e subtensão. Correção automática da tensão de saída por degrau. Proteções do equipamento: Sobreaquecimento no transformador. Potência excedida. Descarga total da bateria. Curto-circuito no inversor. Garantia: mínima de 12 meses, nobreak de uso profissional, não sendo aceitos estabilizadores simples, mini UPS ou equipamentos de baixo porte. Marca de referência: SMS.</p>		

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT
	340596 – ESTABILIZADOR Capacidade: 300 VA, Tensão Alimentação Entrada: 115 / 220 V, Características Adicionais: Com Filtro De Linha Integrado, 1 Led Indicativo, Quantidade Tomadas Saída: 4, Tensão Saída: 115 V	Unidade	20

23	DESCRIÇÃO DETALHADA
	<p>Descrição técnica: Capacidade nominal 300 VA, tensão de alimentação de entrada 115/220 V bivolt, tensão de saída 115 V, 4 tomadas de saída padrão NBR 14136, filtro de linha integrado, LED indicativo de operação, frequência 50/60 Hz, proteções contra sobrecarga, curto-circuito, subtensão e sobretensão, tempo de resposta imediato conforme especificação do fabricante, gabinete resistente em material plástico ou metálico, garantia mínima de 12 meses, Marca de referência: SMS.</p>

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT
	486620 - Mesa Digitalizadora Padrão: Usb , Tecnologia: Ips , Resolução: 3840 X 2160 PX, Compatibilidade: Windows 11 , Características Adicionais: Sensível Ao Toque	Unidade	1
24	<p>DESCRIÇÃO DETALHADA</p> <p>Descrição técnica: Mesa digitalizadora com tela integrada, destinada a atividades de design gráfico, ilustração digital, arquitetura e projetos técnicos que demandem precisão no traço e resposta rápida à pressão da caneta. O equipamento permite interação direta sobre a tela sensível à pressão, oferecendo desempenho profissional em ambientes Windows, macOS, Linux e Android. Especificações mínimas: Tipo de equipamento: mesa digitalizadora com tela interativa integrada. Tamanho da tela: 16 polegadas (LED). Resolução da tela: 1920 x 1080 (Full HD). Área ativa de trabalho: proporcional à tela (mínimo 344 x 194 mm). Compatibilidade de sistemas: Windows 7 ou superior, Mac OS X 10.10 ou superior, Linux, Chrome OS 88+ e Android (USB 3.1 DP1.2). Conectividade: via cabo USB (3 em 1) com suporte a HDMI e alimentação elétrica. Fonte de energia: alimentação elétrica (não utiliza baterias). Caneta: Sem necessidade de pilhas. Sensibilidade à inclinação de até 60°. Níveis de pressão: mínimo de 8.000. Base de suporte inclusa. Recursos adicionais: 10 pontas de caneta sobressalentes. Extrator de pontas. Luva de desenho. Pano de limpeza. Teclas de atalho configuráveis no corpo do equipamento. Cor: preta ou equivalente. Dimensões aproximadas: 47 x 29,3 x 6,9 cm. Peso: até 1,8 kg. Itens inclusos: mesa digitalizadora com display, caneta, cabos de conexão (USB 3 em 1 e extensão), base para caneta, pontas reservas, extrator, luva, pano de limpeza, guia rápido e cartão de garantia. Etiqueta de eficiência energética (ENCE): não aplicável. Garantia: mínima de 12 meses. Observação: equipamento de uso profissional, não sendo aceitas mesas digitalizadoras sem display ou de padrão amador. Marca de referência: XP-Pen.</p>		

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT
	473179 - Impressora Multifuncional Tipo Impressão: Jato Tinta, Resolução Impressão: Preto 1200 X 1200, Cor 4800 X 1200 DPI, Tensão Alimentação: Bivolt V, Resolução Scanner: 1.200 X 1.200 DPI, Características Adicionais: Tanque De Tinta, Conectividade: Usb E Wifi	Unidade	7
25	<p>DESCRIÇÃO DETALHADA</p> <p>Especificações mínimas: Funções: impressão, cópia, digitalização e fax (4 em 1). Tecnologia de impressão: jato de tinta com cabeçote de alta precisão e tecnologia sem aquecimento. Sistema de tinta: tanque recarregável individual (C, M, Y, K), com recarga simples e sem necessidade de cartuchos. Resolução máxima de impressão: até 4.800 x 1.200 dpi. Velocidade de impressão ISO: até 15 ppm em preto e 8 ppm em cores (A4). Velocidade máxima (rascunho): até 33 ppm em preto e 20 ppm em cores. Tamanho máximo de impressão: 215,9 mm x 1.200 mm. Capacidade de entrada de papel: até 100 folhas (alimentação traseira). Capacidade do alimentador automático de documentos (ADF): até 30 folhas (A4/Carta). Tamanhos de papel suportados: A4, Carta, Ofício, Executivo, Foto 10x15 cm, 13x18 cm, 20x25 cm, envelopes e tamanho personalizado. Tipos de papel: papel comum, fotográfico, matte e glossy. Resolução de cópia: até 300 x 600 dpi (mesa) e 300 x 300 dpi (ADF). Resolução de digitalização: óptica de 1.200 x 2.400 dpi. Tipo de scanner: mesa plana com sensor CIS colorido. Área máxima de digitalização: 216 x 297 mm (mesa) / 216 x 355,6 mm (ADF). Velocidade de digitalização:</p>		

	aproximadamente 12 s (preto) e 29 s (colorido) . Conectividade: USB 2.0 de alta velocidade, Wi-Fi (IEEE 802.11 b/g/n), Wi-Fi Direct, Ethernet 10/100. Protocolos suportados: LPD, IPP, PORT9100, WSD, SNMP, HTTP, DHCP, BOOTP, APIPA, DDNS, MDNS, SLP, LLTD. Segurança WLAN: WEP (64/128 bits), WPA-PSK (TKIP), WPA2-PSK (AES), WPA3-SAE (AES). Compatibilidade de sistemas operacionais: Windows 7 ou superior, macOS 10.9.5 ou superior, Linux. Tela de controle: LCD colorida de 2,4". Consumo de energia: até 12 W em operação. Tensão e frequência de alimentação: 100–240 V / 50–60 Hz. Itens inclusos: cabo de alimentação, cabo USB, cabo de fax, conjunto de garrafas de tinta (preto, ciano, magenta e amarelo), guia de instalação e manual do usuário. Rendimento estimado das tintas: Preta: até 4.300 páginas . Coloridas (C, M, Y): até 7.300 páginas . Garantia: mínima de 12 meses , estendida para 24 meses mediante registro do produto e uso de tintas originais . Recursos adicionais: Aplicativo móvel para gerenciamento e impressão via smartphone. Fax integrado com discagem rápida e armazenamento de números. Modo de economia de energia e tinta. Função duplex manual. Observação: impressora multifuncional de uso profissional, não sendo aceitos modelos domésticos ou de cartucho . Marca de referência: Epson
--	---

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT
	603709 - SCANNER TIPO: PORTÁTIL , RESOLUÇÃO: 600 X 1.200 DPI, VELOCIDADE DIGITALIZAÇÃO: 30 PPM M/S, TIPO DIGITALIZAÇÃO: DUPLEX , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COMPATÍVEL COM WINDOWS E MAC , APLICAÇÃO: DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS , TIPO ESCANEAMENTO: TIFF, JPEG , RTF, BMP, PDF E PDF PESQUISÁVEL, PNG	Unidade	5
26	DESCRIÇÃO DETALHADA		
	Especificações mínimas: Tipo de scanner: alimentador vertical automático duplex colorido, de passagem única. Sensor de imagem: CIS (Contact Image Sensor) RGB de 3 cores. Resolução óptica: mínima de 600 dpi . Resolução interpolada: até 1.200 dpi . Profundidade de cor: 30 bits de entrada / 24 bits de saída. Área máxima de digitalização: até 21,6 cm x 609,6 cm (8,5" x 240"). Peso do papel suportado: de 27 g/m² a 413 g/m² . Velocidade de digitalização: até 35 ppm (simplex) e 70 ipm (duplex) em 300 dpi, colorido ou monocromático. Alimentador automático de documentos (ADF): capacidade mínima de 50 folhas . Ciclo de trabalho diário: até 4.000 páginas/dia . Formatos suportados: A4, A5, A6, Ofício, Carta, cartões de identificação, cartões de visita e documentos longos até 240 pol. Interface de conexão: USB 3.0 de alta velocidade. Fonte de luz: LED RGB de baixo consumo. Compatibilidade de sistemas operacionais: Windows 7 ou superior (32 e 64 bits), macOS 10.11 a 10.15 ou superior. Software incluído: ferramenta de digitalização e gestão documental com funções de OCR, criação de PDFs pesquisáveis, envio direto por e-mail ou nuvem (Google Drive, OneDrive etc.), e compatibilidade TWAIN. Recursos de imagem e cor: corte automático, detecção de sujeira, remoção de fundo, correção de inclinação, detecção ultrassônica de alimentação dupla e proteção de papel contra danos por grampos. Itens inclusos: scanner, cabo USB 3.0, adaptador CA, guia de instalação rápida. Certificações e conformidade: compatível com normas RoHS; produto reciclável. Garantia: mínima de 12 meses . Observação: equipamento de uso profissional, não sendo aceitos scanners planos domésticos ou modelos portáteis . Marca de referência: Epson.		

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT
	603949 - COLETOR DADOS MATERIAL GABINETE: PLÁSTICO ABS INJETADO, TIPO: LEITOR DE CÓDIGO DE BARRAS E QR CODE, CAPACIDADE MEMÓRIA: 4 MB, TIPO COMUNICAÇÃO: BLUETOOTH V2, TIPO VISOR: SEM VISOR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM FIO, PORTÁTIL, LEITURA: 1D/2D , RESOLUÇÃO: 400 MHZ MH	Unidade	5
27	DESCRIÇÃO DETALHADA		
	COLETOR DADOS, LEITOR DE QR CODE SEM FIO COMPATIVEL COM SISTEMA OPEN SOUCER, MODELO REF: F-COD35 OU SIMILAR; GABINETE: PLÁSTICO ABS INJETADO, TIPO: LEITOR DE CÓDIGO DE BARRAS E QR CODE, CAPACIDADE MEMÓRIA: 4 MB, TIPO COMUNICAÇÃO: BLUETOOTH V2, TIPO VISOR: SEM VISOR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM FIO, PORTÁTIL, LEITURA: 1D/2D , RESOLUÇÃO: 400 MHZ MH		

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT
28	266990 - CONJUNTO MICROPROCESSADOR COMPONENTES: PROCESSADOR PARA PENTIUM IV, PLACA MÃE FORMATO ATX , APLICAÇÃO: LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA, OUTROS RECURSOS: CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA	Unidade	6
	DESCRIÇÃO DETALHADA		
	<p>KIT PARA UPGRADE DE COMPUTADOR “DESKTOP” COMPOSTO DE PROCESSADOR + PLACA MÃE + MEMÓRIA RAM. KIT PARA UPGRADE DE COMPUTADOR “DESKTOP” COMPOSTO DE PROCESSADOR + PLACA-MÃE + MEMÓRIA RAM COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES OU SUPERIOR: - PROCESSADOR: INTEL CORE I5- 10400 DE 10ª GERAÇÃO OU EQUIVALENTE AMD (COM PONTUAÇÃO DE DESEMPENHO IGUAL OU SUPERIOR NA LISTAGEM DISPONÍVEL NO SITE HTTP://WWW.CPUBENCHMARK.NET), ACOMPANHANDO DISSIPADOR E COOLER DO FABRICANTE DO PROCESSADOR (NÃO SERÃO ACEITOS MODELOS DE TERCEIROS) ACOMPANHADO DE PASTA TÉRMICA A BASE DE PRATA; - PLACA DE VÍDEO GRÁFICOS UHD INTEL 630 NA MESMA FORMA DE SILÍCIO DO PROCESSADOR (“ONBOARD”) OU EQUIVALENTE AMD (“ONBOARD”) QUE OFEREÇA MESMA PONTUAÇÃO MÍNIMA DE DESEMPENHO CONFORME O SITE HTTP://WWW.VIDECARDBENCHMARK.NET; - PLACA-MÃE: A PLACA-MÃE OFERTADA DEVERÁ SER, OBRIGATORIAMENTE, PROJETADA PARA O PROCESSADOR EXIGIDO; PADRÃO ATX (NÃO SERÃO ACEITOS MODELOS ITX – “PLACA-MÃE INVERTIDA”), COM NO MÍNIMO 02 SLOTS PARA MEMÓRIA RAM, SUPORTANDO ATÉ 32 GB DE MEMÓRIA DDR4 2666/2400/2133 MHZ NON-ECC, UN-BUFFERED. TODOS OS CAPACITORES DA PLACA-MÃE OFERTADA DEVERÃO SER DO TIPO SÓLIDO. A PLACA-MÃE DEVE PERMITIR MÁXIMO DE MEMÓRIA COMPARTILHADA DE 1024 MB (EXCLUSIVO PARA IGPU); -COM OS SEGUINTEES SLOTS DE EXPANSÃO: 1 PCIE 2.0 X 16, 2 PCIE 2.0 X 1; - COM PLACA DE SOM ONBOARD DE ALTA QUALIDADE HD 5.1 CANAIS; - COM PLACA DE REDE ONBOARD GIGABIT ETHERNET; - COM 04 CONEXÕES SATA, SENDO 02 PADRÃO SATA3 E 02 PADRÃO SATA2; - COM NO MÍNIMO 06 PORTAS USB, SENDO 02 FRONTAIS E 04 TRASEIRAS; - CONECTORES TRASEIROS: 1 X SAÍDA D-SUB (VGA); 1 X HDMI; 1 X PORTA LAN (RJ45); CONECTORES DE ÁUDIO; - MEMÓRIA RAM: 8 GB DE MEMÓRIA DDR4 DE NO MÍNIMO 2.666 MHZ, SENDO COMPOSTA DE 01 PENTE DE 08 GB. GARANTIA MÍNIMO DE UM ANO</p>		

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT
29	479404 - MONITOR COMPUTADOR TAMANHO TELA: 23 A 30 POL, TIPO DE TELA: LED , FORMATO TELA: WIDESCREEN , QUALIDADE DE IMAGEM: HD , INTERATIVIDADE DA TELA: SEM INTERATIVIDADE , AJUSTE: SEM AJUSTES DE REGULAGEM , ALIMENTAÇÃO: BIVOLT , GARANTIA ON SITE: 12 MESE	Unidade	15
	DESCRIÇÃO DETALHADA		
	<p>ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:-TAMANHO DA TELA: NÃO INFERIOR A 23 POLEGAS, WIDESCREEN-FORMATO DE TELA: 16:9-RESOLUÇÃO: 1920 X 1080 @ 75HZ-BRILHO 250 CD/M2-CONTRASTE: 1000:1 (TÍPICO)-TEMPO DE RESPOSTA: 5MS ENTRADA DE VÍDEO:-ENTRADA: VGA E HDMI, ENERGIA: BIVOLT (100 ~ 240 VAC (50/60HZ) COM FUNÇÃO BASE AJUSTÁVEL GIRATÓRIA.</p>		

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT

30	273765 - Estabilizador Tensão Capacidade: 3 KVA, Tensão Alimentação Entrada: 110/220 V, Tensão Alimentação Saída: 115 V, Características Adicionais: Proteção Contra Surto De Tensão	Unidade	1
	DESCRIÇÃO DETALHADA		
	<p>Tipo: UPS / Nobreak de linha interativa (ou superior), destinado à proteção de equipamentos de TI sensíveis. Características Técnicas Mínimas Potência e Operação Potência nominal: 3000 VA, Tensão de entrada: 120 Vac, Tensão de saída: 120 Vac (estabilizada), Frequência: 50/60 Hz (auto-sensing), Tipo: Nobreak/UPS Rack (montagem em rack padrão 19"), Tecnologia: Linha interativa ou superior, Fator de potência: compatível com operação de servidores, Transferência: Tempo de transferência reduzido para evitar reinicialização do servidor, Bateria e Autonomia, Banco de baterias internas seladas, livre de manutenção, Sistema inteligente de recarga, Autonomia mínima dimensionada para permitir desligamento seguro do servidor em caso de falta prolongada de energia, Proteções Integradas, Proteção contra: Sobretensão, Subtensão, Curto-circuito, Sobrecarga, Surtos elétricos, Estabilização automática de tensão (AVR), Sinalização e Gerenciamento, Pannel frontal com indicação de: rede, bateria, falha, sobrecarga, nível de carga e aviso de bateria fraca, Alarmes sonoros em condições críticas, Autoteste automático de bateria, Compatível com uso em rack de TI (altura compatível em U conforme fabricante). Modelo de referência. O Nobreak Aton 9130 de 3000 VA já é utilizado na OM, visando garantir a proteção e continuidade operacional do servidor, assegurando estabilidade elétrica, autonomia mínima para procedimentos de desligamento seguro e proteção contra falhas elétricas — condições indispensáveis para preservação dos dados e manutenção dos serviços críticos da Seção de Informática.</p>		

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT
31	273765 - Impressora Móvel Colorida Sem Fio (referência: Epson WorkForce WF-110)	Unidade	2
	DESCRIÇÃO DETALHADA		
	<p>1. Identificação do Equipamento, Tipo: Impressora jato de tinta, portátil, monocromática e colorida, sem fio, Formato: função única ("print only"), sem scanner ou copiadora. RTINGS.com+1, Uso previsto: impressão móvel de documentos e relatórios, ideal para uso em campo, escritório reduzido ou quando há necessidade de mobilidade. staples.ca+1, 2. Tecnologias e Qualidade de Impressão, Tecnologia de impressão: jato de tinta, com tecnologia MicroPiezo® inkjet de 4 cores (CMYK) e gotículas de tinta de 3 picolitros, permitindo impressão com boa precisão e definição. Resolução máxima: até 5760 × 1440 dpi (otimizada), Suporte a impressão colorida e em preto e branco, Impressão de fotos 4" × 6" (sem bordas) disponível — ideal para relatórios fotográficos ou documentos que exijam gráficos/fotos, 3. Desempenho e Velocidade, Velocidade de impressão com alimentação AC (rede elétrica): até 6,7 páginas por minuto (ppm) em preto e até 3,8 ppm em cor, Quando alimentada por bateria interna (modo móvel): ~ 3,5 ppm (preto) e ~ 2,0 ppm (colorido), Bandeja de entrada: capacidade para até 20 folhas (tamanho A4/ carta/ legal) — adequado para volumes pequenos a moderados de impressão, Suporte a múltiplos tamanhos de mídia: formatos desde fotos pequenas até papel tamanho A4 / Legal / Letter / envelopes / fotos / documentos diversos. 4. Conectividade e Mobilidade, Conectividade sem fio: Wi-Fi (802.11 b/g/n), Wi-Fi Direct — permite impressão diretamente de laptops, smartphones e tablets sem necessidade de cabo, Suporte para impressão móvel: compatível com aplicativos e serviços como Epson iPrint, Google Cloud Print, Apple AirPrint, entre outros — facilitando impressão remota a partir de dispositivos móveis, Fonte de alimentação: equipamento pode ser alimentado por adaptador AC ou por bateria interna recarregável — ideal para imprimir em campo ou locais sem tomada, Portabilidade: dimensões compactas (~ 309 × 154 × 61 mm) e peso reduzido (~ 1,6 kg) — facilita transporte em pastas, mochilas ou veículos, 5. Consumo de Energia e Sustentabilidade, Consumo típico (impressão): 11 W; standby: ~4 W; desligado: ~0,3 W, Compatível com padrões de eficiência energética e restrições ambientais (ex: RoHS), Modelo referência Impressora Móvel Colorida Sem Fio Epson Workforce Wf-110, B.</p>		

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 380.144,42

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Compete à administração buscar o menor dispêndio possível de recursos, assegurando a qualidade da aquisição e/ou da prestação do serviço, o que exige a escolha da solução mais adequada e eficiente dentre as diversas opções existentes já por ocasião da definição do objeto e das condições da contratação, posto que é esta descrição que impulsiona a seleção da proposta mais vantajosa, objetivo precípua da licitação, nos termos do artigo 2º do Regulamento. Nessa linha é a lição de Marçal Justen Filho:

“Como regra, as contratações promovidas pela Administração apresentam um custo. Esse custo consiste não apenas no montante de recursos públicos transferidos a terceiros. Mais que isso, o custo imposto à Administração se relaciona com a necessidade de opção entre diversas soluções mutuamente excludentes. Quando a Administração desembolsa um montante de recursos para uma contratação determinada, o referido montante não poderá ser utilizado para promover outras atividades. Por isso, existe o dever da Administração desembolsar o menor valor possível para obter uma prestação porque isso lhe assegurará a possibilidade de desenvolver outras atividades com os recursos remanescentes. Vantagem caracteriza-se como a adequação e satisfação do interesse coletivo por via da execução do contrato. A maior vantagem possível configura-se pela conjugação de dois aspectos inter-relacionados. Um dos ângulos relaciona-se com a prestação a ser executada por parte da Administração; o outro vincula-se à prestação à cargo do particular. A maior vantagem apresenta-se quando a Administração assumir o dever de realizar a prestação menos onerosa e o particular se obrigar a realizar a melhor e mais completa prestação. Configura-se, portanto, uma relação custo-benefício. A maior vantagem corresponde à situação de menor custo e maior benefício para a Administração.” (grifou-se)

Mais adiante aduz ainda o mesmo autor:“

Proíbe-se a aplicação de recursos públicos em empreendimentos com dimensões não estimadas ou estimadas em perspectivas irreais, inexecutáveis, onerosas ou não isonômicas. Não poderá ser desencadeado um empreendimento sem serem cumpridas todas as exigências prévias. Nem sequer poderá iniciar-se a licitação sem o cumprimento de tais requisitos, que se inserem na fase interna da atividade administrativa. (...) As duas finalidades básicas da etapa interna A primeira finalidade da Lei é evitar contratações administrativas defeituosas, assim entendidas aquelas que se inviabilizem ao longo da execução do objeto ou que não assegurem o aproveitamento mais eficiente dos recursos públicos. Outra finalidade legal é promover uma licitação satisfatória, reduzindo o risco de conflitos, impugnações e atrasos. A definição do contrato e a fixação das condições da licitação. Para atingir essas duas finalidades, é imperioso que a Administração identifique de modo perfeito o objeto a ser executado, a presença dos requisitos legais de admissibilidade da contratação e a conveniência da solução a ser adotada para execução do objeto contratado. Essa é a primeira etapa a ser cumprida pela Administração.”³ (grifou-se)

A partir dessas premissas é que se deve avaliar o parcelamento do objeto, sem esquecer que, a rigor, objetos divisíveis, complexos ou de naturezas distintas devem ser parcelados em itens independentes com vistas à ampliação da competitividade – princípio básico da licitação –, propiciando, assim, que os licitantes apresentem propostas individualizadas para cada um deles, de acordo com suas condições, e, igualmente, que o julgamento seja feito em relação a cada qual, o que usualmente resulta em preços mais vantajosos. O não parcelamento do objeto, seja para os fins da adoção de um objeto único ou mesmo do agrupamento de itens em lotes – que por óbvio devem guardar compatibilidade entre si, admitir julgamento com base em um mesmo critério e permitir execução por um mesmo fornecedor –, por sua vez, deve ser visto com cautela e exige justificativa adequada e consistente, já que ao menos em tese reduz a competitividade, na medida que impõe a cotação do global ou de todos os itens que compõem cada lote

pelos particulares, e pode também não resultar na escolha da proposta efetivamente mais vantajosa, em virtude de o julgamento considerar o custo total do objeto ou de cada lote definido, conforme o caso, e não dos itens isolados. Bem por isso é que a decisão relativa à divisão ou não do objeto deve ser motivada em cada caso concreto e deve ser precedida de estudos do mercado específico ainda na fase interna da contratação, que evidenciem a vantagem sob a ótica técnica e/ou econômica. Neste sentido, esclarece-se que, após análise, opta-se pelo parcelamento do objeto em itens, uma vez que tais itens são divisíveis, devendo por tanto serem parcelados promovendo a ampliação da competitividade e obtenção de propostas individualizadas para cada item, resultando assim em preços mais vantajosos para a Administração Pública.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Nesta seção do Estudo Técnico Preliminar, sabemos das definições que as contratações correlatas referem-se a contratações de serviços ou produtos que possuem relação direta com o objeto principal da licitação, **mas que podem ser contratados separadamente**. Essas contratações podem ser complementares ao objeto principal ou podem ser consideradas como uma necessidade adicional para que o objeto principal seja executado com sucesso.

Já as contratações interdependentes referem-se a contratações de serviços ou produtos que são **essenciais para a execução do objeto principal da Licitação**. Sem essas contratações, o objeto principal não poderá ser realizado ou terá sua qualidade seriamente comprometida.

Ressalta-se a importância desse tópico do Estudo porque tanto as contratações correlatas quanto as interdependentes, se devidamente identificadas e detalhadas, garantem ou aumentam a probabilidade de que todas as necessidades do projeto sejam atendidas e que a licitação seja efetiva e eficiente.

Isso posto, após análise da Equipe de Planejamento da Contratação, observa-se que NÃO HÁ contratações correlatas nem interdependentes que estejam associadas direta ou indiretamente ao objeto pretendido neste Estudo Técnico Preliminar.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A aquisição dos **materiais de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)**, classificados como materiais de consumo e materiais permanentes, tais como módulos de memória RAM, dispositivos de armazenamento SSD e HDD, cabos de rede, conversores de mídia, switches, roteadores, computadores, notebooks, nobreaks, impressoras, scanners, projetores multimídia, monitores e demais equipamentos de infraestrutura tecnológica, está alinhada ao planejamento estratégico e às necessidades operacionais do **8º Batalhão de Engenharia de Construção**, atendendo ao previsto no **Plano de Contratações Anual (PCA)** da Organização Militar.

A contratação contribui diretamente para a **manutenção da continuidade dos serviços administrativos, logísticos e operacionais**, garantindo a disponibilidade dos recursos tecnológicos essenciais ao funcionamento dos sistemas de informação utilizados nas seções administrativas e nos destacamentos de Matapi e Vila Nova.

Os referidos materiais integram a rotina de trabalho das áreas administrativas, de engenharia, de obras e de apoio, sendo indispensáveis para o adequado planejamento, execução, acompanhamento e controle das atividades institucionais do Exército Brasileiro.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação dos **materiais de consumo e permanentes de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)** proporcionará ganhos diretos à capacidade administrativa e operacional do **8º Batalhão de Engenharia de Construção**, assegurando a continuidade e a eficiência dos serviços desempenhados nas seções internas e nos destacamentos de Matapi e Vila Nova.

Entre os principais benefícios, destacam-se:

Continuidade das atividades administrativas e operacionais, evitando interrupções nos serviços de processamento de informações, comunicação institucional, controle de dados e demais processos que dependem de infraestrutura tecnológica em pleno funcionamento.

Padronização e confiabilidade dos equipamentos e componentes, garantindo melhor desempenho e durabilidade da infraestrutura de TIC, reduzindo falhas, retrabalho e custos com manutenção corretiva.

Melhoria da eficiência e da produtividade, uma vez que equipamentos atualizados e componentes adequados permitem que os militares executem suas tarefas com maior rapidez, precisão e estabilidade, inclusive em ambientes operacionais e destacamentos remotos.

Suporte ao planejamento institucional, contribuindo para o cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Contratações Anual (PCA) e para a adequada gestão dos recursos tecnológicos essenciais.

Redução de riscos operacionais, considerando que a indisponibilidade de equipamentos de TIC compromete diretamente o fluxo administrativo, o acompanhamento das obras e a comunicação entre as unidades.

Otimização do investimento público, com aumento da vida útil dos equipamentos, mitigação de obsolescência tecnológica e melhor aproveitamento dos recursos financeiros aplicados.

13. Providências a serem Adotadas

Considerando que esta seção do Estudo Técnico Preliminar deve informar eventuais providências a serem adotadas previamente à celebração do contrato, tais como capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente organizacional, a **Equipe de Planejamento da Contratação do 8º Batalhão de Engenharia de Construção** avaliou que **NÃO HÁ** necessidade de medidas adicionais antes da realização do processo de contratação.

Do mesmo modo, não se identificam providências específicas a serem adotadas durante ou após a licitação, seja na etapa de gestão contratual, seja no momento de recebimento ou alocação dos materiais de expediente de informática. A armazenagem e distribuição dos itens serão realizadas normalmente nas dependências do Almoxarifado do 8º BEC, conforme os procedimentos internos já estabelecidos.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Conforme orienta o **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis**, a Equipe de Planejamento da Contratação do **8º Batalhão de Engenharia de Construção** observou todas as recomendações técnicas contidas no referido documento, com o objetivo de eliminar ou reduzir riscos de impactos ambientais decorrentes da presente contratação.

Para esta aquisição, foram considerados os seguintes impactos e ações de caráter ambiental:

1. **Adoção de logística reversa:**

A contratação prevê o adequado retorno de resíduos gerados, como embalagens e, quando aplicável, toners esgotados, permitindo o correto descarte ou reciclagem e evitando impactos ambientais negativos.

2. **Vedação expressa ao fornecimento de materiais contendo substâncias perigosas:**

O Termo de Referência proíbe a entrega de materiais que contenham substâncias nocivas, como metais pesados ou compostos orgânicos voláteis, assegurando a proteção da saúde dos usuários e do meio ambiente.

3. **Aquisição de materiais com menor impacto ambiental:**

O 8º BEC buscará priorizar fornecedores que apresentem produtos produzidos com práticas sustentáveis, menor consumo de recursos naturais e menor emissão de gases de efeito estufa.

4. **Estímulo à reciclagem e reutilização:**

Sempre que possível, será incentivada a reutilização e reciclagem de materiais, reduzindo a geração de resíduos sólidos e contribuindo para o uso racional dos recursos.

5. **Uso de materiais certificados:**

O Batalhão dará preferência à aquisição de materiais que possuam certificações de qualidade e sustentabilidade, assegurando maior responsabilidade ambiental no ciclo de vida dos produtos.

6. **Conscientização dos militares e servidores:**

O 8º BEC promoverá a conscientização dos usuários dos materiais adquiridos, incentivando o consumo responsável, o uso adequado e a redução do desperdício, alinhando a prática diária aos princípios de sustentabilidade.

15. Declaração de Viabilidade


Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade


Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16. Responsáveis


Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente
 **LEONARDO JONATHAN DA SILVA**
Data: 10/06/2026 14:51:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

LEONARDO JONATHAN DA SILVA
Responsável pelo planejamento

Documento assinado digitalmente
 **JORDAN VICENTE AZEVEDO MOURAO**
Data: 10/06/2026 14:42:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

JORDAN VICENTE AZEVEDO MOURAO
Equipe de apoio

Documento assinado digitalmente
 **JERDDESON NOBRE BATISTA**
Data: 10/06/2026 14:29:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

JERDDESON NOBRE BATISTA
Responsável Pelo Estudo Técnico Preliminar

8 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO

Contrato 10/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
10/2026	160171-8 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO	FRANCK WILSON DOS SANTOS FERREIRA	01/04/2026 15:58 (v 0.3)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Bens de TIC		64046.001537/2026-91

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

(Processo Administrativo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) E

A [União] OU [Autarquia XXXXX] OU [Fundação XXXXXX][A1], por intermédio do(a) [órgão contratante], com sede no (a) [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], inscrito(a) no CNPJ sob o nº [CNPJ], neste ato representado(a) pelo(a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], [A2] tendo em vista o que consta no Processo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) [Pregão Eletrônico] OU [Concorrência] OU [Dispensa de Licitação] OU [Inexigibilidade de Licitação] nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de [objeto], nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL [A3]

1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratacao, independentemente de transcricao:

1.3.1. O Termo de Referencia;

1.3.2. [O Edital da Licitacao] **OU** [A Autorizacao de Contratacao Direta] **OU** [O Aviso de Dispensa Eletronica];

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigencia da contratacao e de [indicar o prazo] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigencia], na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.2. O prazo de vigencia sera automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execucao contratual, os modelos de gestao e de execucao, assim como os prazos e condicoes de conclusao, entrega, observacao e recebimento do objeto constam no Termo de Referencia, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratacao do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referencia, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. 5.2. O valor total da contratacao e de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx)[A1] .

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execucao do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administracao, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratacao.

5.4. O valor acima e meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de **XXXXXXX**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de **XXXXXX** ;

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.16. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*

10.2 *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*

10.3 *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*

10.4 *A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.*

10.5 *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*

10.6 *É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD. [A2]*

10.7 *O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.*

10.8 *O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados. [A3]*

10.9 *O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.*

10.10 *Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.*

10.10.1 *Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.*

10.11 *O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.*

10.12 *Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional. [A4]*

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. *O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

13.1.1. . Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.2.1. . ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

.13.2.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.7.3. Das indenizações e multas.

13.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.14. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: [...];

II) Fonte de recursos: [...];

III) Programa de trabalho: [...];

IV) Elemento de despesa: [...]; e

V) Plano interno: [...]; e

VI) Nota de empenho: [...];

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A1]

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em **XXXXXX**, Seção Judiciária de **XXXXXX** para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JAKSON MOURA COSTA
Autoridade competente

8 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO

Ata de Registro de Preços 8/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
8/2026	160171-8 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO	FRANCK WILSON DOS SANTOS FERREIRA	01/04/2026 15:41 (v 0.3)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Bens de TIC		64046.001537/2026-91

1. DO OBJETO

Processo Administrativo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx

Ata de Registro de Preços nº XX/XXXX

O(A) [órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços], com sede no(a) [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], inscrito(a) no CNPJ sob o nº [CNPJ], neste ato representado(a) pelo(a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], considerando o julgamento da [licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica] OU [procedimento de contratação direta], para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/202....., processo administrativo n.º xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no [Edital de licitação] OU [Aviso da Contratação Direta], sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de [objeto], especificado(s) no(s) item(ns) XX do Termo de Referência, anexo XX do [edital de licitação] OU [aviso da contratação direta] n.º xxxx/xxxx, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado[A1] , as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item[A2] , fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]
---------	---

TR								
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) *[órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços]*.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. *Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.*

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir[A1] do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, *podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.*

5.1.1. *Em caso de prorrogação da ata, [poderá] OU [não poderá] ser renovado o quantitativo originalmente registrado.*

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *[edita]* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *[edita]* ; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do *[edita]* , poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023 .

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no **[edital]**.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente[A1] após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao *[edital] OU [aviso de contratação direta]*.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

12. ANEXO

Anexo

Não haverá cadastro Reserva

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JAKSON MOURA COSTA

Autoridade competente

ANEXO IV – CARTA DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

LOGOTIPO DA EMPRESA

À
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES, LICITAÇÕES E CONTRATOS (SALC) do
8º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Ref: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90006/2026

Prezados Senhores.

Os itens a seguir relacionados estão sendo cotados com vista ao seu fornecimento ao 8º Batalhão de Engenharia de Construção, conforme estabelecido no Termo de Referência, de acordo com o disposto na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Razão social:		CNPJ:
Fone: ()	Fax: ()	E-mail:
Banco:	Agência:	Conta:

Item	Descrição Detalhada	Marca e Modelo	Unidade	Quantidade mínima	Quantidade total	Valor unitário	Valor global
X							
Y							
Z							
Total Do Fornecedor: R\$ 00,00							

DETALHES DA PROPOSTA

- Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.
- Prazo de execução do objeto: Conforme Termo de Referência.
- Local de entrega: Conforme Termo de Referência.

Declaração: Os preços mantidos na proposta escrita e naqueles que porventura vierem a ser ofertados através de lances verbais, estão incluídos todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, de transporte, entrega (frete) e outros de qualquer natureza que se fizerem indispensáveis à perfeita contratação do objeto da licitação.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente proposta.

Local e data

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
(Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal)
CPF: xxx.xxx.xxx-xx
Razão Social e
Carimbo do CNPJ

ANEXO V – MINUTA DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos que a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, estabelecida no endereço _____, forneceu/executou os materiais/serviços abaixo relacionados para este órgão/empresa:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
...			

Atestamos ainda que os compromissos assumidos pela empresa supramencionada foram cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos arquivos que a desabone comercial ou tecnicamente.

Local e data

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
(Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal)
CPF: xxx.xxx.xxx-xx
Razão Social e
Carimbo do CNPJ